



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 026

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

RELATÓRIO Nº 6, DE 1984-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre a Mensagem nº 8, de 1984-CN, pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, em parte, o Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 1983 (nº 2.715-B/83, na origem), que “dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente”.

Relator: Deputado Nilson Gibson

O Senhor Presidente da República, com fundamento nos artigos 59, § 1º, e 81, itens III e IV, da Constituição, comunicou ao Congresso Nacional o veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 1983 (nº 2.715-B, de 1983, na Casa de origem) que “dispõe sobre a concessão de permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente”.

Alegando razões de interesse público, o Senhor Presidente da República exercitou o veto, parcialmente, observados os demais requisitos traçados no § 1º do artigo 59 da Carta Magna, inclusive o da tempestividade.

Cumprasse assinalar que o projeto impugnado, de iniciativa do próprio Presidente da República, tramitou em ambas as Casas do Congresso Nacional, em regime de urgência, logrando aprovação com emendas.

Os motivos do veto constantes da Mensagem nº 491, do Senhor Presidente da República, merece transcrição

de inteiro teor, para melhor avaliação dos Senhores Parlamentares:

“Incide o veto sobre os artigos 8º e 9º do projeto.

Ainda que a proposição disponha sobre a situação dos estrangeiros, aqui registrados provisoriamente, o seu artigo 8º estabelece prazo de 120 dias para que as pessoas em condição irregular no País normalizem a permanência segundo o permissivo do artigo 134 da Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981.

Como se observa, a inovação introduzida cuida de matéria distinta, o que desvirtua o projeto.

Com o registro provisório dos estrangeiros, em 1981, a Administração Federal abriu a todos os irregulares a oportunidade de legalizar a situação. A maioria preferiu permanecer na clandestinidade, não buscou o amparo da lei. Não pode agora, ter o mesmo tratamento daqueles que, mesmo de forma temporária, efetuaram a normalização de sua estada no País.

A par disso, a crise econômica que envolve o País possui reflexos sociais que desaconselham se processe indiscriminada regularização de mais de meio milhão de estrangeiros que disputariam, com os nacionais, o mercado de trabalho.

O interesse público recomenda, assim que o problema seja resolvido após minuciosamente examinado, com vistas a evitar que a Nação suporte inconvenientes com efeitos negativos na sociedade.

O artigo 9º do projeto estatui que os estrangeiros em situação irregular no País que ingressaram em território nacional de 20 de agosto de 1980 a 9 de dezembro de 1981 poderão obter registro provisório nos termos do mencionado artigo 134 da Lei nº 6.964, de 1981, contando que o requeiram no prazo de 120 dias. Trata-se de disposição casuística que não atende aos superiores interesses do bem comum. Entendo que cada problema que envolve estrangeiros em situação irregular deve ser individualmente considerado.

Estas, as razões de interesse público que me levam a vetar, em parte, o projeto, as quais ora submeto à elevada consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.”

Pelo exposto, estamos certos de que os eminentes Congressistas estão capacitados à apreciação do veto em causa, com a habitual proficiência

Pelo Aviso nº 532 — SUPAR, a Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, na restituição dos autógrafos, comunicou que a matéria se converteu na Lei nº 7.180, de 20 de dezembro de 1983.

Este, o relatório.

Sala da Comissão, 5 de abril de 1984. — **Senador Hélio Gueiros**, Presidente. — **Deputado Nilson Gibson**, Relator. — **Senador Aderbal Jurema**, **Deputado Marcelo Linhares**, **Senador Helvídio Nunes**.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 48ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE ABRIL DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Sucesso do comício realizado ontem, na cidade do Rio de Janeiro, em prol da realização das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Protesto contra discurso proferido recentemente pelo Deputado Jorge Arbage, quando teria defendido a necessidade da decretação de medidas de emergência em Brasília.

DEPUTADO DIRCEU CARNEIRO — Reparos sobre declarações prestadas à Imprensa pelo Senhor Presidente da República, a respeito da legitimidade do atual Colégio Eleitoral.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA — Comentários sobre notícia divulgada pelo jornal **Correio Braziliense**,

a respeito do Decreto-lei nº 2.087, que permite o reajuste de valores de aposentadorias.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Movimento grevista do magistério da rede oficial do Estado de São Paulo.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Comício realizado ontem na cidade do Rio de Janeiro, em favor das eleições diretas para Presidente.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Considerações sobre o aumento da carestia no País.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS — Crônicas de autoria de S. Ex^a sobre o desenvolvimento da França.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Manifestação popular realizada na cidade do Rio de Janeiro em favor das eleições diretas para a escolha do sucessor do Presidente João Figueiredo.

DEPUTADO FERNANDO GOMES — Defesa das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Sistema educacional brasileiro.

DEPUTADA IRMA PASSONI, como Líder — Excesso de integrantes da comitiva Presidencial que se encontra em visita a Marrocos e a Espanha.

DEPUTADO GILSON DE BARROS — Artigo publicado no jornal *Última Hora*, intitulado *Maluf. Deputado volta a pedir emergência*.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Destempero que teria se verificado na postura do Sr. Ministro da Agricultura, ao responder indagações de jornalista do *O Estado de S. Paulo*, a respeito de irregularidades no BNCC.

DEPUTADO ARLINDO PORTO — Defesa do pleito direto para a escolha do Presidente da República.

DEPUTADO SAMIR ACHOA — Considerações sobre a greve dos professores da rede oficial do Estado de São Paulo.

DEPUTADO LÉLIO SOUZA, como Líder — Comentários sobre o comício pró-diretas realizado na cidade do Rio de Janeiro.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 159/83 (nº 1.722/83, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as medidas de proteção, amparo e fomento às

atividades econômicas e às vítimas das enchentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. **Discussão encerrada**, após usarem da palavra os Srs. Luiz Henrique, Jaison Barreto e Renato Viana, ficando a **votação adiada** por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 49ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE ABRIL DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Inauguração do "Shopping Center Norte", na cidade de São paulo.

DEPUTADO RAIMUNDO ASFORA — Registro de declaração atribuída ao Senhor Presidente da República, feita no exterior, em que se manifesta favorável às eleições diretas.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Manifestação de Deputados do PTB da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, favorável ao fechamento de questão, pelo Partido, em favor da Emenda Dante de Oliveira.

DEPUTADO HÉLIO DUQUE — Considerações sobre declaração que teria sido feita pelo Senhor Presidente da República, de apoio ao comício realizado na data de ontem, na cidade do Rio de Janeiro, favorável às eleições diretas.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Nomeação do Dr. João de Paiva Menezes para Secretário Executivo do Projeto Grande Carajás. Homenagem à Professora Haydée Marques de Oliveira Ramos, no momento em que se afasta do magistério, após 50 anos de exercício profissional em Belém.

DEPUTADO ALCIDES LIMA — Considerações sobre a matéria constante do primeiro item da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES — Declaração que teria sido feita pelo Senhor Presidente da Re-

pública, de apoio à concentração realizada ontem na cidade do Rio de Janeiro, favorável às eleições diretas.

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Sucesso alcançado pelo comício realizado na cidade do Rio de Janeiro, em favor da realização de eleições diretas para a sucessão do Presidente da República.

DEPUTADO JACKSON BARRETO — Posição de S. Ex^a favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 27/83, constante da Ordem do Dia. Comício realizado ontem no Rio de Janeiro, em favor das eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG — Transcurso do 80º aniversário da ilustre sergipana Maria Rita Soares de Andrade.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Observações sobre desmentidos a declarações que teriam sido feitas pelo Presidente João Figueiredo de apoio à concentração popular pelas eleições diretas ontem no Rio de Janeiro.

DEPUTADO MÁRIO FROTA — Resposta a pronunciamento do Sr. Deputado Maçao Tadano, em sessão conjunta anterior, no qual tece críticas a pessoa de S. Ex^a

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Apelo aos Srs. Congressistas no sentido de que apoiem a causa das eleições diretas.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Realização do 2º Encontro do CODIVAP — Consórcio para o Desenvolvimento Integrado dos Municípios do Vale do Rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao aniversário de emancipação política do Município de Rio Claro.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Manifestação popular realizada ontem no Rio de Janeiro de apoio às eleições diretas.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Homenagem ao jornal *Olho Vivo*, de Guarulhos-SP.

2.2.2 — Ofício

De presidente de comissão mista, solicitando a prorrogação do prazo concedido àquele órgão para apresentação de parecer. **Deferido.**

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 27/83, que extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a expedição de decretos-leis. Discussão encerrada, após parecer oral proferido pelo Sr. João Lobo, ficando a **votação adiada** em atendimento à solicitação das Lideranças. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 45 e 46, de 1983).

Proposta de Emenda à Constituição nº 45/83, que revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55 da Constituição Federal. Discussão encerrada, após parecer oral proferido pelo Sr. João Lobo, ficando a **votação adiada** em atendimento à solicitação das Lideranças.

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 46, de 1983).

Proposta de Emenda à Constituição nº 46/83, que revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55, seus incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal. Discussão encerrada, após parecer oral proferido pelo Sr. João Lobo, ficando a **votação adiada** em atendimento à solicitação das Lideranças. (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 27 e 45, de 1983).

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 48ª Sessão Conjunta em 11 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Benedito Canelas — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluísio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arlindo Porto — PMDB; Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rorônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pirès — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre —

PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Mouro — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS; Tomaz Coelho — PMDB.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraná

Adauto Pereira — PDS; Aluísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Er-

nani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB.

Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emilio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Uliisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa Júnior — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB;

Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoio — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Pai-

xão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 456 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES GADELHA — PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia, na manhã de hoje, deixar de comentar o grande comício popular realizado ontem no Rio de Janeiro.

Este movimento começou em São Paulo, quando o Governador Franco Montoro realizou na Praça da Sé, aquele inesquecível comício com a presença de um número considerável de pessoas. Este movimento foi-se avolumando, mas acredito que, além do alto nível de politização do povo do Rio, além do entusiasmo despertado, mais o favoreceram as ameaças feitas pelo Ministro do Exército, e outras autoridades de que haverá intervenção, haverá medidas de emergência. Não estamos mais na época de aceitar ameaças. O povo não tem mais medo. É melhor resolvermos a situação do povo, porque agora as praças públicas se enchem de milhões de pessoas em qualquer capital do País. É o povo que extravasa a sua vontade e quer fazer chegar ao Presidente um basta. Aquela dança de índios para fazer chover já está fazendo chover demais, já está inundando as praças públicas.

Quero aqui lembrar ao Vice-Presidente Aureliano Chaves, atualmente no exercício da Presidência da República, que chegou o instante de descer do muro e tirar o pé das duas canoas: ou ele é pelas diretas ou é pelas indiretas — meio termo não vamos mais aceitar. A partir do instante em que toda a população está sendo mobilizada, em que S. Ex^a, mesmo, declarou, ontem, através dos jornais, que a Emenda Dante de Oliveira vai ser aprovada, é chegada a hora de tomar uma posição, como a tomaram os componentes do Grupo Pró-Diretas do PDS, que estão enxergando que rejeitar essa Emenda é votar contra a vontade popular.

Para dar-se solução e encaminhamento aos problemas nacionais, a votação do dia 25 é muito importante para o País, que hoje apresenta um movimento extraordinário em favor das eleições diretas.

São Paulo terá, na próxima segunda-feira, uma passeata que talvez atinja mais de um milhão de pessoas. Chegou a hora, e o povo está se reunindo para tomar uma posição.

Este Congresso — como dizia ontem — tem de levantar a cabeça. Não somos — digo isto dirigindo-me em especial aos Deputados do PDS — subordinados ao Exe-

cutivo. Somos um Poder, e no instante em que tomarmos consciência real deste fato, esta Casa não mais sofrerá ameaças deste ou daquele General, deste ou daquele Comandante. Não é isto que o povo está querendo. Não queremos brigas, confrontos, não queremos nada disto. O povo quer apenas votar, falar, dizer, colocar na Presidência da República um homem da sua confiança, porque hoje, na realidade, queiram ou não, não mais desperta interesse, não mais desperta confiança, não mais sensibiliza o povo qualquer medida deste Governo que se aproxima do final e até um final melancólico, porque cercado, como o foi o Governo de Vargas, de um mar de lama, tantos os escândalos não apurados, não resolvidos. É preciso que, no final, haja bom senso, que os nossos governantes, atuais dirigentes desta Nação, realmente ouçam a palavra do povo, que está nas praças pedindo as diretas, já.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dias atrás esta Casa foi surpreendida com o pronunciamento do Deputado Jorge Arbage, Vice-Líder do Governo, que, nada mais, nada menos, pediu a decretação das medidas de emergência.

Sr. Presidente, não fosse o ilustre Deputado investido nas funções de Vice-Líder do Governo, esse fato já seria grave pela própria circunstância que cerca o instituto das medidas de emergência.

Com a queda do AI-5 o Governo criou as tais salvaguardas do Estado, e isso resultou da célebre missão Portela. Alardeou-se, na época, que as tais salvaguardas eram inspiradas por dispositivos da Constituição francesa e da Constituição da República Federal Alemã, por representarem exigências do Estado moderno, por representarem a superação do Estado liberal, como tal instituído em 1946.

Fizemos um estudo da Constituição francesa e da Constituição alemã e chegamos a conclusão de que não há similitude. Sr. Presidente, entre o art. 155 e o art. 156, que autoriza o Presidente da República a decretar medidas de emergência ou estado de emergência. Não há similitude alguma. Na França, por exemplo, o art. 16 da Constituição estabelece que o Presidente da República, depois de ouvir o Primeiro Ministro, depois de ouvir o Presidente do Senado, depois de ouvir o Presidente da Assembleia Nacional, depois de ouvir o Conselho Constitucional, que é um órgão independente do Legislativo e do Executivo — seus membros são nomeados por nove anos e a renovação é feita, a cada três anos, de 1/3 — só depois de ouvir essas instâncias é que o Presidente da República pode decretar medidas de emergência, e assim mesmo se houver ameaça grave à integridade territorial do País, ameaça grave à independência do País, ou ao cumprimento de qualquer acordo internacional formulado pelo País.

Na Alemanha, o Presidente da República poderá decretar as medidas internas de emergência previstas no art. 99, mas, mesmo assim para intervir na polícia de um Estado, quando houver conflito entre Estados, ou quando a integridade territorial de um Estado-membro da Federação for ameaçada. E mesmo assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o aprovasse o Conselho Federal. O Conselho Federal Alemão é um órgão instituído com a participação dos membros dos Estados da Federação e guarda total e absoluta independência e harmonia em relação à União.

Pois bem, Sr. Presidente, o que ocorre com as medidas de emergência, no Brasil? O Presidente da República pode, sozinho, sem ouvir os Ministros “da Casa”, sem ouvir o Congresso, sem ouvir quaisquer outras instâncias,

decretar por sessenta dias, em território determinado, medidas de emergência, desde que constate — o que é altamente subjetivo — ameaça a ordem pública ou à paz social.

As salvaguardas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada têm a ver com a Constituição francesa ou com a Constituição alemã de hoje.

Vejam, Srs. Deputados, o que são as salvaguardas, o que elas repetem, que dispositivos elas copiam. Elas são exatamente a transcrição do art. 166 da Constituição polaca de 1937, que instituiu o Estado Novo. E a Constituição polaca de 1937 foi buscar esses dispositivos na Constituição alemã Social-democrata de Weimar, de 1919.

Portanto, medidas de emergência nada têm a ver com o Estado atual, nada têm a ver com a defesa do Estado moderno. Medidas de emergência significam uma antiguidade jurídica que o legislador constituinte de 1978, através da Emenda nº 11, foi buscar na célebre Constituição fascista de 1937, que no seu art. 166 dizia exatamente aquilo que os arts. 155 e 156 da atual Constituição dizem.

Por isso, Sr. Presidente, protestamos contra a proposta do Vice-Líder do PDS, tendo em vista que o Presidente da República, agindo sozinho, pode determinar a eliminação das liberdades individuais, a busca e apreensão domiciliar, a intervenção em sindicatos, em associações classistas, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a suspensão do exercício de cargo ou função pública, o confinamento de pessoas indesejáveis em determinadas regiões ou cidades. São medidas gravíssimas, que nada têm a ver com o momento atual, porque não há grave perturbação da ordem pública, nem da paz social. O que há é um povo mobilizado, em ordem, em paz, exigindo aquilo que é uma aspiração nacional, ou seja, as eleições diretas, já.

Verificamos, ontem, no Rio de Janeiro, talvez o mais maravilhoso espetáculo desta República: o povo cantando, o povo em ordem, o povo entoando **slogans** pedindo ao Governo, pedindo ao “príncipe” que se desarme dos poderes arbitrários e deixe o povo decidir, deixe o povo reconstituir esta Nação, deixe o povo dizer qual o partido, qual o cidadão que deve nos governar e qual o programa deve presidir esse governo.

Por isso, Sr. Presidente, protestamos contra a proposta do Vice-Líder do PDS no sentido de serem adotadas medidas de emergência nesta Capital, porque são de exceção. O que cabe, sim, é eleição direta, já, para que se concretize aquilo que é proposta presidencial: o restabelecimento da democracia no Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pelas notícias que circulam na imprensa espanhola, o Presidente da República do Brasil, em visita à Espanha, declara que as eleições diretas realmente estão dentro das suas cogitações, mas para serem adotadas no momento oportuno, uma vez que já existe um Colégio Eleitoral ao qual na eleição de 1982 o povo brasileiro delegou poderes para escolher o próximo Presidente.

Sr. Presidente, este argumento é soado, é sobejamente utilizado pelos partidários do Governo e pelas autoridades a ele ligadas. No entanto, acho oportuno que aqueles que estão utilizando este argumento — e o Presidente tem um sistema de informações muito eficiente, que até extrapola as suas prerrogativas legais — sejam informados de que no Colégio Eleitoral, no qual há representantes eleitos em 1982, não constam dois terços dos componentes do Senado Federal e que nesses dois

terços estão incluídos os conhecidos Senadores “biônicos”.

De forma que este argumento falace diante da não-outorga do povo brasileiro a esses referidos membros do Colégio Eleitoral. Portanto, eles deverão sofrer, caso este malsinado Colégio Eleitoral seja convocado para o fim a que se propôs, a impugnação. Acho que isto seria o mais correto.

Este fato está ocorrendo por causa da Emenda nº 22, um embrulho que logrou o povo brasileiro, que tapeou parte dos cidadãos brasileiros que têm direito ao voto e, no entanto, não são reconhecidos pelas leis deste País, que são os analfabetos. Os analfabetos brasileiros não votam, mas são tutelados e representados, a partir da Emenda nº 22, pelos eleitores, já que a eleição dos Deputados, especificamente no caso dos Deputados Federais, ocorre em função do número de habitantes dos referidos Estados, entre os quais estão incluídos os analfabetos, que não podem votar. No entanto, os eleitores praticam a tutela da opinião e da vontade desses analfabetos.

A Emenda nº 22, portanto, além do título de embrulho, logrou a opinião pública brasileira de tal forma que exige uma postura dos parlamentares que têm compromissos com esta Pátria e com a verdade, que deve ser trazida à opinião pública.

Que realmente se modifiquem esses instrumentos “legais”, entre aspas, porque são ilegítimos, porque constituem um logro à sociedade brasileira e devem ser extirpados da Carta Magna deste País para que se volte à verdade e à credibilidade.

Não é por nada, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que nas pesquisas que são feitas em relação à credibilidade das instituições os parlamentares estão ocupando menos 60 pontos. Isto é algo para refletirmos, para pensarmos, porque é imperioso que se reconquiste a credibilidade. E a reconquista da credibilidade passa por este plenário, passa por esta instituição.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lélcio Souza.

O SR. LÉLIO SOUZA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vive o Estado de São Paulo, no momento, talvez uma das mais bem sucedidas greves do professorado da rede oficial do Estado.

Lutam eles por melhores salários, uma exigência dos dias atuais, ao mesmo tempo em que tentam recuperar posições perdidas, ante a incompreensão dos que dirigiram no passado a terra paulista.

Legítimas, inadiáveis reivindicações.

A bancada federal do PMDB desde antes da eclosão do movimento paredista firmara posição em favor do professorado e disso dera ciência, pessoalmente, quando de um jantar realizado recentemente no Palácio Bandeirante.

Esta minha posição e de colegas outros, já posta desta tribuna antes, e eventualmente de outros mais que venham a usá-la, no mesmo sentido, constitui, pois, apenas uma reafirmação de posição de toda a bancada federal, em favor da devolução das referências perdidas e o que mais justiça envolver a postulação dos mestres da rede oficial de ensino de São Paulo.

Deixamos aqui o nosso apelo ao Governador Franco Montoro, para que faça presente a sua inequívoca habilitação política, que a prática administrativa parece que

vem prejudicando, atendendo aos professores de São Paulo e restabelecendo as aulas, para que não fique prejudicada a comunidade estudantil bandeirante.

Ademais, deixo aqui também um apelo.

Tome a iniciativa o Governador Montoro, e compreendam todos os seus Secretários, homens investidos nos postos para exercer a política ditada pelo Governador, de se antecipar, negociando com outras categorias do funcionalismo público, em especial as polícias civil e militar, uma solução alta, digna, satisfatória, para problemas de ordem salarial. Que toda a administração de Franco Montoro em São Paulo fique apenas na greve do professorado, evitando-se, com soluções efetivas e não apenas promessas ou intermináveis entendimentos, que outros setores promovam a cessação do trabalho, até mesmo "operações tartaruga", tão comuns ultimamente, para com elas forçar os reajustes salariais indispensáveis à sobrevivência, à manutenção da dignidade dos postos exercidos pelos que servem São Paulo.

Quando não seja possível, de imediato, chegar aos números satisfatórios, a imaginação criadora, tão falada e pouco exercitada, lembra que se pode resolver negociar em definitivo, fixando o preto no branco, desde logo, é-pocas e soluções.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, eu poderia iniciar este pequeno pronunciamento com Gonçalves Dias, em "I-Juca Pirama", dizendo: "Meninos, eu vi".

Eu vi, Srs. Congressistas, a maior concentração inimaginável no Rio de Janeiro, na noite de ontem, talvez a maior concentração mundial — já nem diria nacional.

Há uma discussão em torno de números: uns dizem que havia apenas 800 mil pessoas, outros, 1 milhão de pessoas; há quem diga que lá estavam 1 milhão e 200 mil pessoas, ou 1 milhão e 300 mil.

Sr. Presidente, gente na praça, depois de um certo número, é como revoadas de pombos, que tampam o sol, que tapam o céu, e ninguém mais consegue calcular. Mas eu vi! Vi e senti o entusiasmo vibrante daquele povo, clamando por eleições diretas, tentando derreter o gelo desse iceberg que temos aqui, no Congresso Nacional, de pessoas que insistem ainda nas eleições indiretas para a Presidência da República.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu vi: eu vi gente na rua, muita gente na rua, um número incalculável, não sei se 800 mil, se um milhão, se um milhão e 200, porque, como disse, incalculável é o número. Tanta gente, Sr. Presidente, que em uma página do jornal não foi possível colocar uma fotografia — foram necessárias duas páginas para retratar talvez a metade do povo que lá estava. Será que nem isto, nem esta imagem, que fala por mais de mil palavras, de centenas de milhares de palavras, vai derreter o gelo desses homens tão insensíveis, que se divorciam da vontade popular, e que, dizendo-se democratas, querem ir de encontro às aspirações populares?

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em 1964, o povo saiu às ruas, e os homens do sistema disseram que foram ao encontro da vontade popular. Instalaram-se no Governo, instalaram este sistema selvagem que aí está e que infelicitou a Nação brasileira há vinte anos. Exatamente vinte anos depois, o povo volta às ruas, e agora com muito mais entusiasmo, e agora muito mais gente, e agora um mar de gente volta às ruas e pede aos militares que retornem aos quartéis, e pede que os tecnocratas deixem o poder, para que possa eleger diretamente, pelo sufrágio universal e secreto, o supremo mandatário da Nação. Se o argumento valeu em 1964, pergunto: por que não vale agora, vinte anos depois?

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queria registrar aqui, para os Anais da História, o maior acontecimento político já visto pelo Brasil, acho que em toda a sua História, e o maior acontecimento político de que tenho conhecimento na minha geração. E termino como comecei, termino parafraseando Gonçalves Dias: "Meninos, eu vi". (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há alguns dias fiz uma denúncia nesta tribuna que teve repercussão extraordinária, particularmente na minha terra, São Paulo, relacionada ao roubo, ao assalto, não à mão armada, mas à mão desarmada, dos donos de estacionamentos da cidade de São Paulo. E, Sr. Presidente, gostaríamos de deixar o nosso testemunho, nessa manhã, de que, além dos proprietários de estacionamentos que estão roubando e espoliando a população de São Paulo, tudo o mais está com os preços abusivos, não somente em São Paulo, mas em todo o Brasil. Estava num dos grandes supermercados de São Paulo, no sábado passado, com minha esposa e assisti a um quadro doloroso, de uma senhora que olhava um e outro pacote de feijão e, depois de olhar toda uma prateleira, ela voltou e disse: não há condições. Como vou alimentar meus filhos?

Essa senhora, sem dúvida alguma, representa milhões de brasileiros que vivem numa terra que produz feijão em qualquer quintal. Basta ter água e temos o feijão em abundância. Numa terra que produz arroz, milho, trigo, soja, enfim, que produz todos os alimentos básicos para a manutenção do povo, é duro ver-se uma senhora, que representa milhões e milhões de mulheres sacrificadas deste País, não ter o direito de comprar o seu feijão de cada dia — já não é mais nem o pão de cada dia, mas o feijão de cada dia — simplesmente porque o preço é exorbitante e porque ninguém toma consciência disso.

Vou além, Sr. Presidente, um dos motoristas desta Casa, companheiro nosso de trabalho, porque é um dos que nos conduzem para cá e para lá, fazia uma denúncia grave. Dizia: Deputado, como fazer para comprar remédio? Nem sempre que vou à farmácia do Congresso, encontro o remédio para ser utilizado pela minha família, e tenho que comprá-lo fora. Aí fico estarelecido porque o dinheiro não dá para comprar um simples xarope para os meus filhos. Isso é de doer. E, agora, vimos, nesses últimos dias, o responsável pelo setor da ABIFARMA, neste País, dizendo que serão publicadas algumas listas em todo o País, para que se controle os preços dos medicamentos. Não é isso que se deve fazer, Sr. Presidente da ABIFARMA. O que temos de fazer é baixar os preços dos medicamentos. Passar uma lista obrigando o comerciante a vender o remédio pelo preço que ela quer, quando o preço já chega alto no mercado, não é importante. Não vejo razão para essas listas. Já se fez, já se desfez, já se desgraçou esse mercado, por que agora uma lista? Lembro-me de que, quando eu comprava do Sr. Pedro Tucum, já falecido, que era o controlador da PROCOM, em São Paulo, eu lhe dizia: porque, se vê quatro, cinco, até sete etiquetas de preço num frasco de remédio? Por que isso? Mas é isso que ocorre neste País, e ninguém toma consciência de nada. Só se dá guarida a alguma coisa quando os preços estão lá em cima. Fala-se que os produtos de primeira necessidade serão congelados por sessenta dias, mas, primeiramente, os supermercados e os atravessadores sobem os preços. E o que está fazendo o Governo nesse sentido? Nada. Onde está o Governo? Ah, sim, está passeando. Está no Marrocos, ou na Espanha. Aqui não precisa de Governo, quem manda são os atravessadores. Existe um projeto propondo que os produtos básicos da alimentação do povo tenham seus preços expressos nas caixas e nos envólucros, como o ca-

fê e o açúcar. Por que o feijão e outros produtos não ocorre o mesmo, para que todo o Brasil os compre pelo mesmo preço? É um absurdo. Mas deixo aqui minha palavra de revolta, sem dúvida alguma expressa o desespero da população brasileira. Como comprar feijão, remédio, carne, leite e outros, nos preços atuais?

É interessante notar o que há poucos dias um companheiro dizia: até as vacas dão leites diferentes em cada peito de seu úbere. Umas dão leite tipo "a", outras dão leite tipo "b", outras dão leite tipo "c". Até vacas que têm o direito de dar o leite que querem e da forma que querem. Isso é uma vergonha, Sr. Presidente. Mas é uma verdade que temos que denunciar e continuaremos pedindo à Comissão de Defesa do Consumidor que não arrefeça a luta e continue firme, porque terá o apoio de cada um de nós. Vamos denunciar, vamos por este pessoal todo na cadeia ou mandar para fora do Brasil esses tipos que apenas querem levar este País para o abismo, para a desgraça e para a miséria.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Viveiros.

O SR. LÚCIA VIVEIROS (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que considere como lidas crônicas de minha autoria com considerações sobre o grande país que é a França.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR. LÚCIA VIVEIROS, EM SEU DISCURSO:

Europa — III

França — (1)

A história da França, abrangendo 2.600 anos, pode ser dividida em cinco períodos: povos primitivos e domínio romano; formação da nacionalidade; monarquia absoluta; revolução e império; história contemporânea.

"Feliz como Deus na França" — É o velho ditado alemão que ilustra bem a inveja com que os demais países europeus encaravam a França até há pouco mais de um século. Tudo o que se cultivava em todo o restante da Europa era produzido nos campos férteis da França, e as lavouras somavam-se os rebanhos, as florestas, os vinhedos (em Borgonha e Bordeaux), as jazidas minerais. Além disso o país apresentava uma população numericamente inferior apenas à Rússia, apesar das perdas durante o período revolucionário e as guerras napoleônicas.

A França existia como grande potência desde a idade Média, quando se fazia ouvir o temido Grito de Guerra de seus exércitos: "Viva Cristo, que ama os franceses".

Até o início da Primeira Guerra Mundial em lugar de se preocupar com sua economia a França se transformou no "Banqueiro da Europa", e talvez porque, pressentindo a iminência de dias terríveis a gente das grandes cidades francesas tivesse passado a viver em um "clima de festa permanente"; essa fase apesar de economicamente desastrosa, para a França ficou conhecida como **La Belle Epoque**. E em 1918, os franceses tinham, realmente, diante de si um país, praticamente, em ruínas; vultosas perdas humanas 1.400.000 pessoas jovens na maioria camponeses morriam e a França perderia indústrias, parte da Rede de Transportes; o Franco (dinheiro) tinha sido bastante afetado e em muitos setores a França estava excluída do moderno mundo industrial.

Então, veio a catástrofe da nova Guerra Mundial onde o preço da vitória foi incomparavelmente mais alto que o de 1918. Desta vez, além de toda a des-

truição em geral, cerca de dois milhões de casas haviam sido arrasadas. As reservas de ouro que em 1932 atingiram cinco mil toneladas estavam reduzidas a 487 toneladas. Por toda a parte ouvia-se o ruído dos sapatos com solas de madeira que as mulheres usavam nesses tempos difíceis, símbolo de uma França derrotada e à beira do caos econômico, mas com a sua maravilhosa arquitetura-arte que fora poupada pelos alemães.

Como sobreviveu sempre a todas as “crises” com aparente facilidade, o poder de recuperação francês passou a ser considerado inesgotável. É assim que, no momento, um em cada cinco franceses possui o seu carro próprio, e quanto aos programas habitacionais existem “cidades satélites”, na periferia dos aglomerados urbanos oferecendo requintes de bairro residencial de alta classe média. Por outro lado, o ensino primário obrigatório é gratuito, mas a universidade obsoleta, a economia planejada, as usinas, os gigantescos fornos solares, métodos tradicionais de fabricar queijos e vinhos são o povo e a tecnologia francesa atual, enquanto um dólar está correspondendo a 7 francos.

A história da França é assim, a de um país em transformação, onde uma nova mentalidade tenta se impor ao arraigado tradicionalismo de boa parte dos franceses. Traço marcante dessa atitude conservadora decorre do forte sentimento nacionalista do povo ligado, sobretudo, ao passado de glórias da velha nação. Mas eles, com razão, também se orgulham da sua maravilhosa e que maravilhosa arquitetura secular, da grande variedade de paisagens, climas e recursos naturais de sua pátria. Embora ocupe uma área reduzida — menor que o Estado da Bahia — seu território só não apresenta os aspectos típicos das zonas tropicais e polares.

Graças a disposição da Bacia do Rio Sena, foi possível, à França, construir uma série de canais que a ligam a outros sistemas hidrográficos, formando vasta rede de navegação interna; a França cultiva, ainda, uvas de fina casta no Vale do Reno e ainda explora o potencial energético desse rio. Os maiores contrastes acontecem entre o sul e o norte. São duas grandes regiões, no norte, o “grosso modo”, delimitada pelas águas tranquilas do Loire. Abaixo fica o país das vinhas no sul, oliveiras e laranjais — o Midi (“meio-dia”) — onde o calor do sol e de sua gente se aproxima do nosso tropical Pará; o norte é bem mais desenvolvido, na França e é mais latino.

As fronteiras são guardadas por magníficas montanhas: os Pirineus, e os Alpes, mas prevalecem na paisagem as planícies, as colinas de encostas suaves, os bosques e florestas que cercam Paris. A França é sobretudo, fruto do trabalho de sucessivas gerações, que transformaram as férteis planícies em um mosaico de campos e mediante a exploração metódica e o constante replantio.

Mas, a presença milenar do homem aí se evidenciava em tudo o que construiu — monumentos pré-históricos em que se destacam os gigantescos dólmenes da Bretanha, teatros, templos e arquedutos romanos. Igrejas e castelos, mosteiros e conventos cujas naves, fachadas, torres e muralhas foram levantadas pelos melhores artífices de diversos séculos, com a simplicidade romântica ou rebuscadas e maravilhosas formas barrocas; suntuosos palácios renascentistas, como Chambord no Vale do Loire, ou o maravilhoso Versailles nas vizinhanças de Paris, ou sólidas fortalezas medievais a exemplo de Carcassonne. Aliás, a própria capital francesa — Paris, — da qual falaremos depois, especialmente, é um verdadeiro museu arquitetônico que possui em seu

acervo desde um anfiteatro romano até os projetos revolucionários do grande Le Corbusier. E a tudo isso soma-se a beleza do Gótico, expressão máxima da arquitetura medieval que nasceu exatamente na França, espalhando-se por toda a Europa. É em meio aos trigais que cobrem Beauce, que se ergue um magnífico exemplo dessa grandiosidade alcançada pelo Gótico — a lindíssima catedral de Notre-Dame de Chartres. Ainda, em Albi, no extremo oposto da França, o Gótico atinge perfeição com catedral de Santa Cecília, uma caixa de jóia em seu interior, enquanto se assemelha a uma fortaleza para quem a vê de fora. Ainda destaque para a cúpula central da famosa catedral de Saint-Denis — onde estão sepultados vários soberanos franceses — com os vitrais coloridos que iluminam a gigantesca Nave. Construída ao norte de Paris entre os séculos XI e XVIII é, pela perfeição de suas linhas, outro magnífico exemplo do esplendor Gótico na França.

Por outro lado, nas telas de Montmartre, (foto — moulin-rouge), está um pouco da alma francesa; destacamos à atividade literária, artes plásticas, música e “alta costura”.

A França é toda ela um encanto só. Conhecemos Nice terra de Chagall, a capital do Departamento dos Alpes Marítimos, situada às margens do Mar Mediterrâneo, no sopé dos Alpes. Com uma população fixa de 350.000 hab, ruas bonitas, largas e arborizadas, maravilhoso comércio, com os cafés típicos de toda a Europa, praias, mulheres de toppers; próxima a Mônaco, com mais de 500 hotéis e uma espetacular infra-estrutura, essa bela cidade é a maior da Riviera Francesa afamada pela amenidade do clima e grande centro turístico. Há, ainda, inúmeras grandes cidades como Lyon, Marseille, Rennes, Poitiers, Avignon, Toulouse, a famosa Lourdes, entre outras.

E na França, mesmo se na véspera de novas barricadas, os franceses e as pessoas do mundo todo se deleitam na paz dos gostosos, incomparáveis, cafés de Paris — cidade sonho, que já foi luz, mas continua paixão — assunto do nosso próximo Partido Alto.

A margem esquerda, em território de abadia de Saint-Germain-des-Près, hoje chamada Piscina Deligny, guarda vestígios dos famosos “banhos turcos” onde homens e mulheres franceses se davam aos prazeres da água. No mesmo cais d'Orsay o Hotel de Salm, loucura do século XVIII que hoje é o Conservatório da Ordem Folclórica. Trata-se de uma cópia pois o mesmo foi queimado durante a “Comuna de Paris”.

Dominando o Rio, vemos o “Cais des Tuileries” com um grande jardim queimado também durante a “Comuna”; este palácio se ligava ao Louvre pela Galeria du Bord de l'Eau. Há ainda o chamado Cais Voltaire e ali viveram grandes como Baudelaire, Wagner, Oscar Wilde e outros. Depois, o Cais Malaquias, quase inteiramente ocupado pelos edifícios da escola de Belas Artes, um deles o antigo Convento Petitis Augustins; e na chamada Rua do Sena os vestígios do Palácio Rainha Margot, lugar de “desgraça” famoso cantado por Alexandre Dumas. Depois vem o Instituto da França e a Casa da Moeda, pérolas nas margens do Sena. A Biblioteca Nazario, completou coleções de 350.000 volumes, 6.000 manuscritos e 2.000 incunáveis, reunindo os trabalhos tendo pertencido aos emigrados decapitados durante a revolução.

— Antes de circundar a Ilha de S. Luiz, vemos as “casas do Cais das Flores”, que foram ocupadas por “Abelard e Heloise” protagonistas do “Amor Cortesão” que os “Trovadores” imortalizaram.

Sobre a Ponte Tournelle, a Santa Genievieve, espera ainda os Hunos, contra quem ela galvanizou a defesa dos parisienses, na “noite” da Idade Média. Deveria ser a Padroeira dos Clochards desde que lhe retiraram a sua igreja, para construir o Pantheon que se perfila, majestoso, lá em cima da colina. E para além dos telhados do Arsenal vê-se as oito torres da Bastilha.

O “Braço da Moeda”, fica na confluência dos dois braços do rio onde este atinge sua maior largura dentro de Paris (263m) vemos a famosa Santa Capela e o Jardim Vert-galant. Depois passamos sob a Ponte Nova inaugurada por Henrique IV, que é uma das mais célebres e mais antiga de Paris. Nessa Ponte aquele que mais tarde se chamaria Molière assistia ao espetáculo de Tabarin e o seu grupo e preparavam-se nos seus fulgores, a “liberdade” à Europa. As torres, reconstruídas por Napoleão III e o bloco do Palácio da Justiça, estão situados sobre o Cais des Orfèvres: sobre os bordos do Quartier Latin o “Cais des Grands Augustins”.

Na outra margem a Faculdade de Ciências, domina a rua e temos o “Jardim das Plantas”. Para além da Ponte Nacional vê-se o suntuoso hospital da Salpêtrière e para além da Ponte Austerlitz, o “Bulevar dos mercados” de leste onde Renoir pintava os seus famosos quadros.

Descendo pelo Braço Marie vemos o Arsenal onde está uma das clássicas bibliotecas de Paris; dominando o cais uma grande série de hotéis (“nobres habitações”) e antes da Ponte Marie o Hotel de Sens. Sempre à margem direita distingue-se o “Cim-bório” da Igreja de S. Paulo, em puro estilo jesuíta, onde Bourdalane pronunciou seus sermões.

O nosso barco desemboca agora no “Passos do Conselho”. A Praça de Greve é o alargamento da antiga “Casa Comunal” dos parisienses. Essa praça sangrenta é também chamada “Revolução Insurreição” e foi aí que se inventou a “Greve”.

Passamos agora a Ponte Arcole, e vemos a torre S. Jacques, onde Pascal fez suas experiências sobre a gravidade. Surge a Ponte Change e o Tribunal do Comércio à esquerda; as três torres do Relógio, a Torre César, a Torre d'Argent e a Torre Bombec, banhando-se no Sena.

O belo Louvre, nos acolhe à saída da Ponte Nova; o Louvre é como Notre Dame, dos monumentos de Paris que trazem maiores recordações. Ao longo do Sena podemos ver, ainda, o Jardim Infante. Eis agora à Praça da Concórdia, desenhada por Gabriel. Tudo ali cheirava pólvora e fez dela a praça da Revolução: aqui foi levantada a Guilhotina.

Nosso barco passa agora a ponte mais baixa de Paris, “Ponte da Alma” que vai ser demolida. Foi nessas proximidades que Napoleão declarou: “Quer construir um Kremlin, cem vezes mais belo que o de Moscou, ele será a minha Cidade Imperial”. E Carlos X projetou o Palácio Trocadero nome de uma vitória perto de Cadix. E sobre a terraça do Palácio de Chaillot, cada um tem na memória, a “dança selvagem de Hitler, perante Paris conquistada”.

Europa IV

FRANÇA

Bateaux Mouches de Paris

Lúcia Daltro de Viveiros

São vinte “pontes” e “2.000 anos” que você contempla extasiado utilizando os originais **Bateaux Mouches** (Barcos enormes) franceses numa viagem, sonho! através do rio Sena.

Vejamos, assim, o Cais da Margem Direita denominado “Cais Conferência” em razão das conferências realizadas em Suresnes, onde os homens de

Languedoc, que tomavam posição predominante na vida francesa liquidavam antigas sequelas duma outra guerra de religião: a Cruzada dos Albigenses, o massacre Cátaro, enquanto o Cais da Margem Esquerda, tira o seu nome de um governador dos mercadores — o Carniceiro de Orsay — que sob Luiz XV começou a construção do mesmo. Aliás, foram “os mercadores da água”, da corporação galloromana que governaram Paris, durante séculos. As ruas de Paris são, então, numeradas a partir desta enorme avenida em marcha e ainda hoje o Porto de Paris é o terceiro do mundo.

Mas, o Cais d'Orsay é sobretudo o imóvel do Hotel do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se pode ver em seu estilo pomposo (século XIV), onde flota freqüentemente o Pavilhão Nacional de uma personalidade estrangeira quando em visita à Paris.

No eixo da Esplanada dos Inválidos está a ponte Alexandre III que abre uma via triunfal para os campos elísios, entre o grande e o pequeno palácio, é um conjunto da chamada “Bela Época” acabado em 1900.

“Sobre a margem direita vê-se o grande palácio e, defronte o pequeno palácio, outro exemplo do estilo de 1900 que abriga exposições temporárias que atraem os apaixonados da cultura em massas compactas, templo provisório da nova religião estética. Mas, antes de chegar à ponte da Concórdia, que foi construída com pedras da Bastilha, eis sobre a margem esquerda, o antigo Palácio dos Príncipes de Condé, ao qual Napoleão fez erigir a colunada grego-império, simétrica a colunada da Madalena; é chamado Palácio de Bourbon, que abriga a Câmara dos Deputados. Ainda vê-se o Palácio de Lassay, residência do presidente da Câmara dos Deputados.

Chegou o “mercantilismo”, epicentro das grandes exposições industriais e de prestígio: as “grandes rodas”, os “Palácios das Máquinas”, os Palácio da “Fada Eletricidade”, o “Estado de Petomane”! E enfim e sobretudo a Torre Eiffel, a maior relíquia do espírito técnico que ainda preside a chamada civilização cientista. Foi durante algum tempo a mais alta e mais inútil construção do mundo. (Hoje a TV francesa, monopólio do Estado, tem por base essa torre).

Em breve estaremos em face da mais recente e grandiosa obra arquitetural, que a noção de “Informação Estatal” haja segregado: este “camembert de vidro”, de cimento armado está construído sobre “a riba do velho rio” e é a expressão poderosa do monopólio audiovisual, bem centrado, no coração da França. Este aglomerado de escritórios, auditórios, é uma evocação de arquitetura militar feudal.

Mas eis a Ponte Mirabeau, 1900, onde “corre o Sena e os nossos amores”, no dizer de Apollinaire.

A Ponte Auteuil, hoje Ponte Garigliano. Chegamos ao Porto de Jour antigo terminal *Bateaux Mouches*, um bairro de Cabarets, onde nasceu a “Java” de Javel. Resta-nos então voltar a subir o rio e encontrar, sobre o seu pedestal a Estátua da Liberdade, segundo Bartholdi, cópia ofertada pela colônia americana de Paris, imagem de uma época em que a América se integrava, afetuosamente, na majestosa paisagem francesa.

Europa V — França.

VERSAILLES

Lúcia Daltro de Viveiros

Versailles, sozinho, é uma Paris à parte pois se retrata do mais monumental palácio do mundo. Grande palácio do século XVII hoje é “Museu dedicado a todas as glórias da França” pois assim deci-

diu Luiz Felipe, rei de França, apesar de o mesmo ter sido restaurado por Luiz XVIII e Napoleão, que não chegaram a viver ali. Apesar de Versailles ser todo ele uma obra extraordinária e de riqueza indescritível, o que mais atrai o público, nesse palácio, além dos incomparáveis jardins, é a ala da antiga morada dos Reis da França. Se aquela “real beleza” que maravilhava a corte de Luiz XIV não pode reaparecer, as obras empreendidas fizeram reviver as decorações das épocas de Luiz XV e Luiz XVI. A primeira restauração espetacular foi da belíssima Ópera Real, a rica Grande Galeria, os gabinetes do Rei, a Sala de Jogos, etc... O Salão dos Nobres e da Rainha, a deslumbrante Galeria dos Espelhos construída por Mansart e decorada por Le Brun; A Galeria recebe a luz através de dezessete Arcos providos de espelhos com maravilhosos lustres de cristal e entre as pilastras coleções de estátuas reais antigas; candelabros belíssimos, jarros de ouro e mesas ornamentam esse ambiente de fausto onde os cortesãos esperavam cada dia o Rei e a família real. Hoje, nesse local deslumbrante a França recebe embaixadores em audiências extraordinárias e nos reinados de Luiz XV e Luiz XVI servia de Galeria para os bailes em honra a bodas principescas; e ali foi assinado o “Tratado de Versailles” que deu fim à Primeira Guerra Mundial. Ainda, a belíssima Câmara de Luiz XIV e maravilhosos os chamados grande e pequeno Trianon que recobram a elegância dos tempos áureos de Maria Antonieta. Com destaque no Grande Trianon para a Câmara da Imperatriz, o Salão Redondo, a Sala de música, a chamada Galeria dos Antigos; belíssima também a Câmara do Imperador e Monumental a fonte de Apolo com o chamado Grande Canal, cercado de jardins imensos, estátuas, construído para deleite da rainha. O pequeno Trianon é todo cercado de extraordinários jardins; concebido para Madame de Pompadour, este palácio foi inaugurado por madame de Maintenon. Quando Maria Antonieta se apossou do Pequeno Trianon transformou os seus jardins maravilhosos em Parques e edificou ali um teatro que fica escondido entre as árvores. Esses jardins são, ainda, atravessados por um rio artificial onde o arquiteto Mique, edificou em uma pequena ilha o famoso Templo do Amor (1778) esse de estilo Neoclássico adornado de finos arabescos, de Richier, onde uma cúpula foi pintada por Lagrenée.

Destaca-se ainda, em Versailles, o Pátio Real e a Capela Real; as riquíssimas e inúmeras salas do século XVII; o Salão de Hércules; o Salão da Guerra, as ricas habitações da rainha, o Salão da Paz. Os gabinetes interiores da rainha, com a sala dos banhos, a biblioteca dourada, a câmara da rainha e tantos mais. As habitações de madame de Maintenon, com o grande gabinete; as chamadas grandes habitações, com os riquíssimos salões de Vênus, de Marte, da abundância. De Diana, da Guerra, de Mercúrio, de Apolo etc... As ricas habitações do rei, onde se destacam: a sala dos guardas, o gabinete do conselho, entre outros, além dos gabinetes interiores do rei com mais de 20 (vinte) compartimentos, suntuosíssimos. Lindíssima é a sala da coroação e a galeria das batalhas; o gabinete dos relógios do rei em perfeito funcionamento.

Deslumbrante são os grandes e maravilhosos jardins, do norte, sul, leste e oeste, com fontês famosíssimas e formosas Estátuas, de bronze, como a Apolo, de Netuno, a do Anoitecer e do Amanhecer, etc... são obras geniais dos maiores escultores da época como, Le Gros, Tubi, entre outros. Já o chamado Parque das Águas, reflete toda a grandiosidade da fachada do Palácio; o Parque de Latona, a Alameda Real e o deslumbrante grande canal (arti-

ficialmente construído, para deleite das rainhas); tem início com a monumental fonte de Apólo e se estende por mais de 1.500m, só de largura; ao norte se localiza o belo Trianon que forma assim uma perspectiva, assombrosa, de cerca de 5 (cinco) quilômetros, de extensão de água, fontes e jardins.

Ainda, ao norte, vemos a Avenida das águas dos banhos das Ninfas e a bela Fonte do Dragão. Na parte sul, outros fabulosos jardins com imensas perspectivas preciosas; fontes com destaque para “Bosquete de Rocallas” e a Fonte de Inverno; Fonte da Primavera e as lindas colunas de Mansart. Indescriível os já citados grande e pequeno Trianon que fazem parte desse complexo esplendoroso com mais fabulosos aposentos, jardins, além do “Templo do Amor”... Versailles é o maior, mais famoso e formoso Palácio do Mundo.

Europa — VI

PARIS

Lúcia Daltro de Viveiros

Paris, a maravilhosa capital da França, às margens do Sena, centro da vida pública desde o século III, hoje com uma população Urbana de 3.000.000 de hab., na parte antiga, que é a Paris propriamente dita, e na Área Metropolitana com 6.500.000 habitantes.

Falar sobre Paris é como falar de uma paixão na verdade, não se sabe por onde começar.

“Senhoras e senhores, apertar cintos estamos descendo em Orly, Aeroporto Charles de Gaulle”, — O coração de todos bate acelerado pois se trata de mais um encontro — encanto — com Paris. Já no terminal dos “Inválidos” e na Porta Maillot, você tem de escolher: Táxi ou Metrô? Melhor é comportar-se como um autêntico parisiense e optar pelo Metrô, que com 200 Km de linha é o terceiro do mundo em extensão, o de menor ruído, abrigando em suas modernas estações lojas e bares.

Paris, nasceu em uma ilha do Rio Sena, chamada *La cité* — onde se situa a belíssima e rendilhada Catedral de Notre Dame, com capacidade para 9.000 pessoas; possui Cinco Naves divididas por colunas de 5 metros de diâmetro; Seus Arcos ascendentes têm 15 metros de raio; há três plano em sua fachada em cujo centro se levanta uma Agulha de 90m. Foi cenário de coroação de Napoleão I e restaurado por Le Duc em 1844 e 1864. Nessas proximidades situa-se, também, o colorido Muro de Montebello — mas, Paris ultrapassava esses limites espalhando-se pelas margens direita do Rio, com Montmartre, local pitoresco onde cavaletes armados em plena rua, pelos artistas, são tradicionais; ainda, coração de zona boêmia esse bairro é um dos pontos preferidos para diversão. Também Montparnase, Saint-Germain-Des Prés e os Champs Eliseos, oferecem atrações como as Orquestras típicas e os violinos ciganos. Ao longo da margem esquerda do Sena estão amplos espaços verdes como o Jardim e Palácio de Luxemburgo; Jardim Botânico que se estende pelo Quartier Latin, também um dos mais antigos e pitorescos bairros, animado pelos estudantes; Centro de Ensino desde o século XII aí cresceu a Universidade de Paris, — Sorbone — fundada em 1208. Suas antigas “Tabernas” deram lugar a Bares acolhedores chamados “Bistrotts” e aos “Cafés” que espalham suas mesas pelas calçadas.

Nesse meio se criaram sucessivas gerações de filósofos, escritores e artistas de renome internacional. O Quartier latin é um exemplo vivo do papel que Paris desempenhou, há séculos, como Grande Centro formador da Cultura francesa e Ocidental. Foram gênios como, Descartes, Pascal, Molière, Racine, Vitor Hugo, Baudelaire, Rimbaud, Proust,

Camus, Mauraux, Sartre e tantos outros que colaboraram para que a cultura francesa fosse admirada e imitada.

Da mesma forma que na atividade literária, a França se destacou do Gótico à Le Corbusier e nas Artes Plásticas, com Mondigliani que era italiano, ou o russo Chagall, o espanhol Picasso e inúmeros franceses como: Montet, Renoir, Cezanne, Matisse, Troulouse-Lautrec, Zola e Gauguin, produziram seus melhores trabalhos nessa área artística e famosa da cidade. Capital das Artes e do Pensamento, Paris, é ainda a "Capital da Moda", há três séculos, que teve início com os dias de esplendor sob Luiz XIV, quando a beleza e a suntuosidade do incomparável Versailles era copiada pelo resto da Europa.

Foi em 53 A.C. que Júlio César chegou a Paris, naquele tempo chamada Lutécia e esta só foi, propriamente, capital em 987 quando Hugo Capeto fundou uma poderosíssima Dinastia. Paris viveu, então, um de seus esplêndidos momentos entre 1180 e 1223 com a ascensão do trono de Felipe II Augusto, quando se iniciou a construção do grandioso Louvre; Belíssimo, visto da Praça do Carrossel, de obras famosas como La Gioconda (A Mona Lisa de Leonardo da Vinci) e a Vênus de Milo entre tantas outras, além de antiguidades orientais, egípcias, gregas e romanas, de incalculável valor. Foi fundada, nessa época, a Universidade de Paris e a construção da bela *Sainte-Chapelle*, prosseguindo as obras de Notre Dame. Ainda, Paris, renasceu nos esplendurosos anos do Império e na faustosa Corte de Napoleão coroado Imperador em 1804. Já em 1814, a cidade se embelezou ainda mais levantando, entre outros, o Arco do Triunfo, a Coluna Vendôme e foi ampliado o Louvre. Já na segunda República Napoleão III; que confiou ao Barão Haussmann o projeto de reestruturação urbanística de Paris, se construiu o encantador Bois de Vincennes e o Bois de Boulogne, com grandes prados, lagos e cascatas; o mercado Halles; o majestoso edifício da Ópera de Paris cujo teto é um dos maiores trabalhos realizados por Chagall que o terminou aos 77 de idade. Se retificou, também, o traçado das grandes avenidas típica expressão desse particular momento histórico.

Mas, em 1871, uma nova página triste na história de Paris: "A Comuna" quando se perderam muitos edifícios ricos em história e em beleza, como o Palácio das Tullerias, entre outros do complexo da Municipalidade. Somente com o novo século, Paris, conheceu novos momentos de grande esplendor: As Exposições Internacionais, a construção dos chamados Grande e Pequeno Palácio, até a sua caída nas mãos do Exército alemão em 1940, sendo libertada pelos aliados em 1944. Desde então Paris se encontra mais viva e em seu novo crescimento, sem descaracterizar a parte nobre da antiga e eterna Paris, reformulou, totalmente, o espaço dos seus velhos subúrbios rurais, junto ao Sena, que se transformaram em bairros modernos. É assim que a estação de Montparnase, em ruínas, e abandonada, parece contemplar o bloco de arranha-céu que traça outro novo perfil de parte da capital francesa.

Mas, na "Cidade Luz" continua inabalável a Torre Eiffel, "ilusões de fim de século", anteriores a duas Guerras Mundiais; levantada no Campo de Marte em 1889 a Torre famosa transformou-se no Símbolo de Paris. Com 320 m de altura, a espetacular estrutura metálica domina toda parte central da cidade; ao fundo, a Praça Vendôme, no Campo de Marte, com a Escola Militar e a Estátua de Napoleão; próximo, o "Mercado das Pulgas", característico *bric-à-brac*.

Destaca-se em Paris, um vasto e fabuloso conjunto de edifícios que compreende o Palácio da Justiça,

a Sainte-Chapelle e a Conciergerie — século XVIII. Esse mesmo lugar havia sido quartel-general, administrativo e militar, dos governadores romanos que ergueram um templo, onde é a grandiosa Santa Capela, composta por uma igreja inferior dentro de outra superior. Outra obra maravilhosa é o Palácio Royal, residência do Cardeal de Richelieu, hoje, Sede do Conselho do Estado, alcança 225m de extensão.

A Biblioteca Nacional na rua Richelieu é uma das mais ricas do mundo, com 16.500 metros quadrados. Há inúmeras e belas praças que se destacam como a Praça do Carrossel; Praça da Concórdia, onde se encontra o majestoso Obelisco Egípcio; a Praça das Vitórias e do Teatro Francês; esta alegre praça é complemento da Avenida da Ópera. O Teatro da Ópera é o maior Teatro lírico do mundo, tem capacidade para 2.000 pessoas (público) e 450 em cenas. A majestosa igreja chamda Madeleine tem a forma de um templo grego clássico e simétrico a ela o Palácio Borbon. O monumental Palácio Elíseo é residência do Presidente da República, além de uma vasta zona belíssima, os chamados "champs-Élysées, (Campos Elísios), franqueada por parques culminando no Arco do Triunfo.

Em Paris, há os grandes Boulevards com suas "Portas" e as 20 Pontes que caracterizam épocas desde 2.000 anos. Belas e famosas como a Ponte Alexandre III; a Ponte da Concórdia, construída com pedras da Bastilha, a Ponte Nova, construção medieval; todas, vistas do rio Sena através dos *Bateaux Mouches* (barcos imensos) e tem-se uma visão majestosa de Paris. (Esse passeio será tema de um próximo artigo).

Em outro grande conjunto de edifícios majestosos, na chamada Esplanada dos Inválidos, entrando pela Praça Vauban, se encontra a Igreja de St. Louis, onde está a tumba de Napoleão Bonaparte; modelo de elegância e simetria e, talvez, a obra máxima de Mansart. Ainda, na Esplanada, o Hotel dos Inválidos além de outros.

St. Germanin-Des-Prés é também a mais antiga Igreja de Paris e um raro exemplar da arquitetura romântica. Já, a Igreja St-Suplice é grandiosa com 110 m de largura e 33 de altura a maior da França depois da maravilhosa Notre Dame.

Destacam-se ainda: a Igreja de Sorbonne que faz parte do complexo de edifícios da Universidade de Paris; Galerias Lafayette; o Pantheon, com 110 m de largura por 83 m altura; aí está a inscrição famosa: *Aux grands hommes, la patrie reconnaissante*. A Mesquita original rincão do Oriente no coração antigo de Paris. Ainda, as Praças, entre elas, a da Bastilha, Praça Blanche onde se encontra o *Moulin-Rouge*, a de Chatelet, com grande Teatro, o Templo L'oratoire, além do moderno Centro George Pompidou, de aspecto futurista, mas que não choca com os edifícios antigos que o rodeiam. Ainda, destaca para a majestosa Basílica de Sacré-Coeur e a Praça de Tertre (Montmartre); e a Vila de Malmaison, onde Josefina, foi se instalar, depois da separação que marcou a decadência e o trágico destino de Napoleão. Lá, essa mulher caprichosa, bela e amante dos prazeres, cultivava flores e recebia pessoas importantes como o Czar da Rússia que passeava em seus jardins enquanto esta agonizava, em 1814. A força de atração dessa mulher era irresistível e seu enterro contou com a presença de personalidades eminentes ao lado de milhares de pobres cujo amor e dedicação a Josefina comprova o seu carisma.

Na antigüidade se costumava dizer que Atenas era o "Olho da Grécia". Com base no extraordinário progresso que as atividades culturais vêm apresentando em seu país, os franceses, esperam —

com justo orgulho — que a França possa a vir desempenhar tal papel em um mundo novo e pacífico. Entretanto, longe estão os dias em que a "decisão final", estaria em mãos francesas; mas se, hoje, essa escolha for a Paz, a França terá diante de si momentos tão gloriosos como os que viveu no passado. Só que agora o antigo ideal *De La Gloire*, não virá como resultado de poderio político militar, mas da "Presença", no mundo, de um Espírito, que começou a ser forjada nos velhos edifícios do "Quartier Latin". — Essa penetração cultural é a arma decisiva da presença francesa, pois seja na Pintura, no Teatro, na Moda, ou na Arquitetura, a França traça os rumos que o Ocidente deverá adotar.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — V. Ex.^a será atendido na forma regimental.

Tem a palavra o Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu gostaria, em primeiro lugar, antes de tecer considerações sobre o tema que me traz a esta tribuna, de apresentar meus cumprimentos, minhas congratulações ao povo do Rio de Janeiro pelas manifestações ontem ocorridas de forma pacífica, ordeira, madura e equilibrada.

Também manifesto a minha satisfação, indiferente a alguns pronunciamentos ocorridos nesta Casa, de caráter panfletário e emocional, veiculados por membros da Oposição, que não entendem a negociação e a transigência como respeito à livre circulação das idéias e ao direito da tomada de posição de política. Eles simplesmente tentam convencer pela agressão, pela busca de responsabilidade ou através de bodes expiatórios, em se tratando de uma tese que é do interesse maior da Nação brasileira, independentemente desses que, creio, fazem a minoria e estão muito mais preocupados com os espaços de jornais e a promoção pessoal do que com a causa maior do País.

O que ontem se verificou — e também isto é razão para os maiores elogios — foi que as lideranças políticas que estiveram presentes ao comício do Rio de Janeiro conseguiram conduzir e transformar o próprio discurso das eleições diretas num pronunciamento sem discriminações, sem interesses de grupos, de partidos ou de ideologias, acima de tudo com respeito às instituições e à ordem pública. Isso merece o respeito e a admiração desta Casa. E que isso sirva de exemplo como comportamento desta própria Casa.

Eu, por opção pessoal, por convicção, e não por imposição de qualquer patrulhamento, quer de companheiros de outros partidos, quer da imprensa, sou um convicto defensor das eleições diretas, por encontrar nelas o caminho — não para a solução de todos os problemas, — da participação popular, da discussão e da inauguração da manifestação do povo nas decisões nacionais.

Portanto, manifesto minhas congratulações pelo que ocorreu.

E não tenho medo inclusive de que algumas lideranças carismáticas de cunho puramente personalista pudesse ganhar uma eleição direta no Brasil, porque as aspirações populares hoje se voltam muito mais para o encaminhamento dos interesses nacionais do que apenas para a exaltação ou o mero culto à personalidades.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaria de fazer um rápido registro sobre excelente matéria publicada na revista *Veja* do dia 11 de abril, relacionada com a força das cooperativas brasileiras. Sou dessas pessoas que só acreditam na construção da democracia social, em primeiro lugar apoiada na força da participação comunitária, na forma do município, sede e objeto de toda a ação governamental, de toda a ação política, de toda a manifestação do cidadão na sua perspectiva individual e coletiva. Acredito que a democracia social só se constrói a partir dos pequenos e médios negócios, que só se faz democracia social através do associativismo, do sentimento

de solidariedade, de fraternidade, de comunhão em torno dos interesses mais amplos.

Fiquei profundamente feliz ao saber da força que as cooperativas hoje representam no Sul do Brasil. Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, apenas para repetir os dados, existem hoje no País 1.074 cooperativas, principalmente de produção agrícola, envolvendo 1 milhão, 160 mil agricultores, que já detêm 64% da produção de soja e 84% da produção de trigo no Brasil, fatuando, algumas delas, em torno de 366 bilhões de cruzeiros por ano.

Gostaria de fazer aqui, mais uma vez, um apelo às autoridades governamentais, para que deem tratamento fiscal e creditício privilegiado às cooperativas e que permitam que elas, como ocorre hoje no Nordeste com as sociedades anônimas, tenham mecanismos para a sua capitalização, o que permite à cooperativa, diante desse exemplo de força que ela representa, inclusive ter possibilidade de criar uma verdadeira classe média rural, inclusive uma melhor disseminação do conhecimento tecnológico, uma melhor distribuição de renda a nível do País, a integração de uma série de pessoas ao mercado de consumo.

É preciso que o Governo reexamine essas três grandes perspectivas da cooperativa brasileira: primeira, facilidades creditícias adequadas para que elas ampliem os seus espaços de atuação, segunda, redução do peso da carga fiscal, não só a nível do Governo Federal, mas dos Governos Estaduais, capazes inclusive de reduzir a tributação do ICM. Por fim, que se criem mecanismos adequados de capitalização das empresas através de um fundo de investimento, como existe o FINOR; que inclusive dos vários fundos existentes — o FISED o FINAM — se retire uma parcela para constituir um mecanismo de capitalização das cooperativas brasileiras. Com esta nova força na organização da produção haverá a geração de uma classe rural média forte e o desenvolvimento da empresa cooperativista, associalista e solidária a nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Gomes.

O SR. FERNANDO GOMES (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste último fim de semana estivemos na Bahia, e ali fizemos vários comícios pró-diretas. Em Itabuna, onde o Prefeito é do PMDB, mais de 20 mil pessoas foram à praça pública. No sábado, em Camacuan, onde o Prefeito é do PDS, mais de 10 mil pessoas, compareceram ao comício numa cidade que não tem mais de 30 mil habitantes. No extremo-sul da Bahia, em Teixeira de Freitas, havia mais de 15 mil pessoas na praça pública, às 15,00 horas de domingo.

Enquanto estamos tomando chuva por este Brasil afora, trabalhando para trazer a legalidade para este País, o Presidente da República está passeando em Marrocos, com uma comitiva numerosa, trazendo mais despesas para o Brasil. Enquanto isso, irmãos nossos estão morrendo de fome, sem educação, sem saúde.

Na segunda-feira, fomos ao Rio de Janeiro, presenciar aquela grande festa democrática que se realizou ontem. O Rio de Janeiro deu o seu grande exemplo, com uma manifestação que contou com aproximadamente um milhão de pessoas. O que posso assegurar é que do palanque, que devia ter de 12 a 15 metros de altura, não se enxergava o final da massa humana. Neste comício, realizado com tranquilidade, sem empurrões, sem gritos, sem correria, com paz e amor, um garotinho de mais ou menos 9 anos perguntava-me, quando me dirigia ao palanque: Senhor Deputado, vocês vão votar? Respondi-lhe: "Não meu filho. Vamos para o palanque." E ele disse: "Só vovô votou para Presidente da República." Foi uma frase que realmente nos comoveu, porque realmente esse garoto falou a verdade. Eu, que tenho 44 anos de idade,

votei uma só vez para Presidente da República, e graças a Deus não ajudei o Brasil a estar nesta miséria, porque naquela época votei no Marechal Teixeira Lott e em João Goulart para Presidente e Vice-Presidente da República. V. Ex^a, que hoje preside esta sessão do Congresso Nacional, sabe que, para Governador da Bahia, dei meu voto ao PTB.

Por isso é que precisamos lutar. A eleição para Presidente da República tem de ser agora, já, através das diretas, porque o povo brasileiro não quer badernas, baunças. Quer ordem e respeito, mas quer que nossos filhos, nossos irmãos tenham saúde, educação e barriga cheia.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é regra constitucional brasileira a escolaridade obrigatória na faixa etária dos sete aos quatorze anos. Princípio fundamental de promoção do desenvolvimento pessoal do nosso povo, vem, todavia, sendo criminosamente desrespeitado. Deixando à margem, anualmente, milhares de crianças, o sistema educacional brasileiro tem falhado, sistematicamente, na sua função primeira: erradicar o analfabetismo.

A deficiência e desqualificação do sistema de ensino, porém, não se manifestam apenas no crescimento do analfabetismo infantil e adulto.

Revela-se na baixa capacidade de retenção dos alunos do 1º e 2º graus, nas elevadas taxas de reprovação nesses graus de ensino, na má ou péssima remuneração do magistério, para citar somente algumas dentre as muitas características de deficiência e fragilidade do nosso sistema de ensino.

A manutenção desse estado de coisas deprimente, agravado nos últimos vinte anos, deve-se, fundamentalmente, à subtração de recursos ao setor educacional.

Não satisfeito, porém, o Governo com a degradação implantada no ensino público, interfere de forma negativa no particular que tanto benefício tem trazido à sociedade brasileira no exercício de sua função complementar quantitativa e qualificativa.

Reduzindo os recursos destinados ao ensino público superior, o MEC, praticamente, transferiu para a iniciativa particular a responsabilidade de oferta de vagas no 3º grau.

Não pode, portanto, o 3º grau ficar amarrado a definições autoritárias dos gabinetes burocráticos.

A função do MEC é o de fiscalizar as qualidades de ensino.

Instituições que sempre participaram da formação dos melhores quadros universitários do País estão ameaçadas de fechar as portas, como as Universidades Católicas, tolhidas por falta de recursos financeiros mínimos e limites irrealistas de cobrança de anuidade dos alunos.

Enquanto faltam recursos à educação, esbanja-se o dinheiro do povo nas CAPEMI, Coroa-Brastel, Delfin — BNH; Caso da Mandioca, BNCC — alguns dos inúmeros escândalos financeiros que vêm abalando a consciência nacional — e defende o Governo uma política fiscal injusta que privilegia o capital improdutivo, de aluguel, a especulação e pune os salários, os ganhos do trabalho.

O resultado catastrófico dessa situação é a queda qualitativa e quantitativa e dos setores fundamentais da vida nacional, onde se destaca a educação.

Para elevar a educação nacional são necessários recursos. Recursos públicos, facilmente conseguidos através de uma reforma tributária mais justa e que coloque à disposição dos Estados e Municípios montantes suficientes ao mínimo indispensável; recursos pessoais, alcançáveis por salários condignos para que as famílias possam contar com o que dispender em educação.

Finalmente, uma atuação do MEC na efetiva fiscalização da qualidade do ensino.

Nesse clima, a escola particular pode assumir o relevante papel de contribuir efetivamente para o desenvolvimento do nosso povo, como vem fazendo a duras penas e a cada momento mais ameaçada de ter de fechar as suas portas.

Cada escola que se fecha é uma luz que se apaga. Precisamos de mais luzes, e para acabar com a escuridão da ignorância nacional é necessário o concurso da escola particular de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni, como Líder do PT.

A SRª IRMA PASSONI (PT — SP. Como Líder. Sem revisão da oradora). — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a distância que separa o povo brasileiro do Governo é a do oceano Atlântico, o que faz o Sr. Ministro Leitão de Abreu ir a Marrocos e à Espanha para dizer que vai redigir uma proposta sua de eleição, que não sabemos qual data estabelece. O primeiro pronunciamento do Presidente Figueiredo, de comemoração da sua revolução, ele o fez também sobre o oceano Atlântico, a vários quilômetros do continente, numa base da PETROBRÁS. E agora, com uma comitiva absurda de mais de 200 pessoas, com gastos vultosos, ele viaja para Marrocos.

Consideramos fundamental que o Brasil mantenha relações externas, principalmente com os países do Terceiro Mundo. Essa visita é importante, fundamental. Mas não entendemos por que duzentos pessoas. Não entendemos por que empresários e até Deputados desta Casa acompanham o Presidente. Talvez o façam para tirar proveitos particulares, através de negociações. Também não entendemos por que se redige naquele país, e não aqui, uma emenda constitucional, que não sabemos por que nem para quê. É preciso que essas decisões sejam tomadas aqui, neste continente que se chama Brasil, no nosso País, pois deve ser aqui ouvida a população brasileira, pois é de perto que se decidem e se pensam as coisas.

Por outro lado, queremos solicitar a esta Casa — e logo a seguinte o farei oficialmente, através de requerimento — o nome das pessoas que compõem a comitiva, a quanto montam os gastos da viagem, quem os assumiu e quais os setores que deveriam, de fato, mandar representantes.

Se fossem o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Indústria e do Comércio e mais alguns Ministros, tudo bem; mas foi toda a "curriola" ministerial e mais duzentas pessoas, ocasionando um gasto terrível.

Quero também registrar que o Decreto nº 2.087, que é diariamente contestado nesta Casa por vários Parlamentares, inclusive na bancada do PDS — e o próprio Ministro Jarbas Passarinho afirma que esta medida, a redução de 2% na aposentadoria, não seria para já — traria para a Previdência 108 bilhões de cruzeiros. É incrível, é sarcástico, é baixo nível um Ministro negociar as dívidas que foram contraídas em consequência de desvios e corrupção no Ministério com os aposentados. Em boa hora o Ministro acordou, mas o que interessa para nós é que esse decreto entrou em vigor em dezembro de 1983 e a sua revogação não significa a revogação da lei sobre os que já foram prejudicados.

Sou contra decretos. Se já se errou uma vez, que não se erre a segunda, que não encaminhem novamente decretos a esta Casa. Hoje, às 19:00 horas, será apreciada uma emenda que acaba com essa regalia do Presidente da República de baixar decretos neste País. Nesta Casa só votamos decretos ou então vetos a projetos de lei que o Presidente da República encaminha a esta Casa. Não se deruba veto, é evidente; o que se faz é apenas legislar em cima de decretos.

Portanto, não é através de decretos que o Sr. Jarbas Passarinho vai equilibrar a Previdência Social. Quando o

povo vai às ruas, como foi ontem no Rio de Janeiro, como foi em milhares de outras cidades por este Brasil afora, não foi apenas para se manifestar a favor das eleições diretas, mas para repudiar a política da Previdência, para repudiar a política do Ministério do Interior, do Ministério dos Assuntos Fundiários, que centraliza a terra nas mãos de poucos, para repudiar a atual política de saúde, a política de educação, que deixa os professores em estado de total miséria, para repudiar, enfim a política nacional.

É preciso que os Ministros acordem e ouçam o que reivindica hoje o povo, que tem mais maturidade. Primeiro, que o Sr. Presidente da República volte ao Brasil e discuta aqui os nossos problemas, ao invés de ficar fazendo pronunciamentos a distância, tenho o oceano Atlântico como linha divisória entre o Governo e o povo.

Deixo registrado aqui que qualquer decreto será repudiado por esta Casa, principalmente se vier em substituição ao Decreto-lei nº 2.087. Não adianta remendar a situação. Quem roubou da Previdência que devolva os bilhões de cruzeiros que querem, agora, descontar do merecido salário que os aposentados conquistaram, com exceção de alguns desvios provocados pela própria Previdência, que deu aposentadoria a centenas de pessoas que não a mereciam. Tenho certeza de que o Rio de Janeiro, por exemplo, se vende aposentadoria, e não para aqueles que realmente necessitam dela.

Portanto, deixamos aqui a nossa posição. Não estamos de acordo com decreto algum que substitua o 2.087, mas que, antes, seja imediatamente retirado. E fica a pergunta, como ficarão aqueles que já vêm sendo prejudicados desde dezembro de 1983 com o Decreto nº 2.087?

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilson de Barros.

O SR. GILSON DE BARROS (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal *Última Hora*, em sua edição de ontem, dia 10 de abril, terça-feira, publica, em uma de suas páginas, uma reportagem sobre o ex-Governador de São Paulo, Sr. Paulo Salim Maluf, que teria tomado posse nesse Congresso como Deputado Federal, pelo que consta do noticiário, apesar de jamais termos visto aqui. Diz o referido jornal, em manchete, o seguinte: "Maluf. Deputado volta a pedir emergência". E como submanchete. "Para ele, o Parlamentar precisa de segurança para votar".

Não sei se, no entender desse cidadão, o ex-Governador de São Paulo, o Parlamentar também precisa de segurança para outras coisinhas. Porém, para votar, diz ele que precisa.

Uma notícia vinda de Recife, Capital de Pernambuco, publica o jornal *Última Hora* declarações atribuídas ao inefável cidadão Paulo Maluf. Teria dito ele que, segundo a seu raciocínio, da mesma forma como o cidadão precisa de segurança para andar pelas ruas de sua cidade, o Parlamentar precisa de segurança para circular em sua Casa, o Congresso Nacional.

Ao que me consta, Sr. Presidente, Senador Lomanto Júnior, o cidadão que precisava realmente de segurança para andar nas ruas da sua cidade era o cidadão de São Paulo na época em que Paulo Maluf era Governador, quando a polícia sempre espancava, torturava e prendia inocentes, enquanto os ladrões viviam nos palácios.

É bem verdade que, neste País, todo cidadão precisa de segurança a partir do instante em que, a pretexto de segurança, se instalou a insegurança institucionalizada, com o golpe de 31 de março, que terminou significando um solene 1º de abril, o dia internacional da mentira. É a Nação que precisa de segurança, esta é a verdade.

Mas, quanto ao Parlamentar precisar de segurança, é coisa extremamente discutível.

Vejam V. Exs., Srs. Congressistas, que há bem poucos dias, à porta da minha residência, na garagem externa do Bloco I da SQS 111, o famoso e respeitável jornalista

Cláudio Campos, o homem que desvendou, perante esta Nação inteira, a corrupção encapotada e depósitos bancários na Suíça, teve seu automóvel como alvo de atentado nitidamente terrorista da extrema direita nasifascista, da qual faria parte o ditoso cidadão Paulo Maluf, segundo se informa.

Mas, se isso acontece à porta da residência de um Deputado Federal brasileiro, onde também moram outros 23 Deputados Federais, e a Câmara nada faz para garantir nossa segurança e integridade física, não sei por que o cidadão Maluf vem dizer que o Deputado precisa de segurança dentro do Congresso, onde temos um corpo de segurança maravilhoso, competente, capaz de manter a segurança de todos, pelo menos dos honestos.

Então, viemos aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, manifestar nossa estranheza diante deste pedido. Aqui em Brasília, onde os Deputados Federais e Senadores perambulam livremente pelas ruas, pelas praças, pelo comércio, e principalmente dentro das duas Casas do Congresso Nacional, não vemos razão alguma para se pedir segurança, razão alguma para segurança, se alguém tem medo do povo, se alguém tem medo da Nação, se alguém tem medo da gente brasileira, certamente é aquele que não respeita a soberana vontade nacional. No grave momento que atravessamos, estas provocações não podem mais ser toleradas, algumas delas partidas até mesmo de alguns oficiais das Forças Armadas, organismo outrora amado pelo povo brasileiro. Estas provocações constantes, estas ameaças, estas intimidações não levarão a nada, porque aqui ainda existem homens de honra, talvez até em minoria, mas ainda existem, e não vão ligar para estas coisas.

Sr. Presidente, repudiamos este requerimento, este desejo do cidadão Paulo Salim Maluf, ex-Governador de São Paulo, que, segundo noticiaram alguns jornais, teria tomado posse como membro da Câmara dos Deputados, fato, aliás, por nós desconhecido, tamanha é sua ausência, tamanha é sua omissão, tamanha é sua irresponsabilidade, tamanho é seu crime de receber o vencimento de Parlamentar, de membro do Congresso Nacional, sem trabalhar. Embora saibamos que o vencimento de Deputado Federal na conta da receita do cidadão Paulo Salim Maluf deve representar 1%, mesmo assim, normalmente, é um erro pagar-lhe tanto para ele nada fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequet.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários desta Casa, a imprensa publicou, durante a semana, manifestações do Ministro da Agricultura, Sr. Nestor Jost, em Porto Alegre. Mostrou também o destempero do Ministro e o seu descontrole emocional no tratamento com o jornalista Francisco Oliveira, da sucursal de *O Estado de S. Paulo* em Porto Alegre. Termos impublicáveis, alguns, outros que não condizem com a condição de Ministro da República, mas que demonstram que o Ministro está abalado com as denúncias feitas contra o BNCC e a Central sul e com o envolvimento de algumas pessoas e empresas ligadas a S. Exª

Ora, as denúncias feitas contra a Centralsul e o BNCC são gravíssimas, não podem continuar a receber de parte do Governo da União um deixa-prá-lá, um faz-de-conta-que-não-existiu, deixando de tomar medidas para não agredir alguns que estão próximos do Governo. O destempero do Ministro, a sua falta de compostura, o seu despreparo para enfrentar a vida democrática de crítica saudável, da crítica dura, da crítica até pertinaz fez com que ele atribuisse ao jornalista algumas agressões.

E o que fez o homem de imprensa? Apenas perguntou ao Ministro sobre seu envolvimento nesse escândalo da Centralsul, envolvimento que tem sido denunciado permanentemente da tribuna da Câmara dos Deputados

pelo Deputado Hélio Duque, mediante apresentação de documentos que o PDS se nega a refutar porque não conhece ou, quando os conhece, não sabe como defender um Ministro de Estado das graves acusações que lhe são feitas.

Em qualquer Governo sério, em qualquer Governo com responsabilidade, em qualquer Governo que tivesse compromisso com a Nação, o Ministro seria ao menos aconselhado a dar explicações públicas. E nós estamos aguardando que o Ministro da Agricultura compareça aos meios de comunicação — que o Governo requisita permanentemente para as falas infrutíferas e despreparadas do General Figueiredo — para dar explicações sobre esses fatos que envolvem milhões de dólares e que estão lançando sobre a sua figura e as de seus principais assessores, assim como sobre empresas de sua propriedade, ou com as quais tenha ligação, algumas manchas que não são aquelas dignas para caracterizar um homem nessa função.

A Liderança do PDS, por incompetência, por despreparo, por falta de vivência democrática — caso em que teria de dar explicações às denúncias da Oposição — tem-se omitido de informar a Nação sobre as acusações gravíssimas formuladas pelo Deputado Hélio Duque, trazidas ao conhecimento público pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ante a demonstração de destempero do Ministro da Agricultura, tememos que elas possuam alguns fortes indícios de veracidade.

Ora, Sr. Presidente, a Nação inteira está a perguntar: será que efetivamente existem esses envolvimento? E o Governo não pode negar, numa época de escândalos como o da CAPEMI, como o da Coroa-Brastel e outros escândalos que andam por aí a povoar este Governo, que o escândalo do BNCC, o envolvimento da Centralsul em 400 bilhões de cruzeiros e o eventual envolvimento de pessoas de confiança do Ministério e de empresa de propriedade do Ministro são fatos que abalam a credibilidade do Governo e exigem uma explicação à sociedade brasileira. Isso é irrefutável.

O Governo está na obrigação de dizer à Nação se efetivamente o seu Ministro está envolvido; ou, se não está envolvido, que o diga. O que não pode acontecer é o Ministro estar agredindo jornalistas que estão cumprindo com o seu dever, com a sua sagrada obrigação de informar corretamente. E *O Estado de S. Paulo* tem apresentado documentos que não foram refutados, documentos que provam alguns atos lesivos à economia, alguns favorecimentos excepcionais a pessoas hoje ligadas ao Ministro. O escândalo do BNCC e da Centralsul atinge o atual Ministro da Agricultura, e o Governo não pode negar-se a dar informações, dizendo que não tem nada a responder. O Governo está em xeque, e precisa responder à opinião pública, sob pena de entendermos que as acusações são verdadeiras e que o Governo não quer tomar nenhuma providência ou qualquer medida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, uma radiografia na área mórbida dos escândalos que atingiram a administração pública nacional nos últimos anos irá deparar fatalmente com o arbítrio institucionalizado no País a partir da edição do Ato Institucional nº 5, como a causa determinante de tudo. Sob o comando de Hélio Beltrão, com a Reforma Administrativa de 1967, o Estado brasileiro partira em busca da conciliação, em um mesmo corpo, do fornecedor de elementos alimentadores dos serviços de interesse público e do instrumento capaz de promover o desenvolvimento. Na primeira parte, fornecendo e garantindo a saúde, a educação, a segurança etc. etc., e na segunda, assumindo as responsabilidades e encargos de gerente da estrutura in-

terna da economia nacional, assim como do operador atuante naquelas áreas que não interessavam ao investimento privado. Tudo isso apoiado pelos poderosos recursos financeiros carreados ao Tesouro Nacional pela Reforma Tributária de 1966. Pretendia-se romper, afinal, o cipoal burocrático que fazia jungir, há séculos, quase no imobilismo, a máquina administrativa do País e assim obter, via descentralização prescrita pelas mudanças, transformações positivas nos conceitos e práticas administrativas.

Mas, como disse Drummond, havia uma pedra no meio do caminho.

Essa pedra foi precisamente o Ato Institucional nº 5, com toda a sua seqüela de desmandos. Como e por quê?

Os atos modernizantes das duas reformas não traziam em si nenhum propósito autoritário, antes, pelo contrário, apresentavam caráter claramente liberal, em que pese as fontes de inspiração do golpe de 1964, cujas raízes podem ser encontradas no positivismo de sua concepção.

É o próprio autor, Hélio Beltrão, referindo-se aos propósitos da reforma por ele inspirada, quem afirma textualmente que as mudanças propostas objetivavam a "alterar profundamente o modo de encargar e operar a administração pública; silenciosa, porque não foi suficientemente divulgada nem creditada por suas inegáveis conseqüências. Não foi por acaso que, a partir de 1968, o Brasil teve condições de arrancar em direção ao desenvolvimento".

É precisamente nesse instante, em que pela inspiração das forças retrógradas que ditaram os termos do AI-5, as mesmas que em explosão megalômana de puro narcisismo, haviam lançado o País na criminosa aventura dos projetos superdimensionados, como o da já sumida Transamazônica, o da inexistente Perimetral Norte, o da paralisada Ferrovia do Aço e o do inútil Programa Nuclear, se iniciou no Brasil, no galope da irresponsabilidade dos mandantes que tudo podiam e tentam ainda poder, o gigantesco processo de endividamento nacional que compromete irremediavelmente o futuro de numerosas gerações após a nossa. Porque, ao cristalizar-se como um instrumento de repressão a que se convencionou chamar subversão, que ameaçava, que ameaçava as instituições, balela que aí está a Itália para desmentir, quando se mostra capaz de desarticular todas as formas de terrorismo ali surgidas sem recorrência aos métodos discricionários de castração das liberdades públicas e sem baixar à infâmia do assassinato e da tortura ao adversário momentâneo, o Ato Institucional nº 5 tornou-se também um guarda-chuva, um pára-raio para o acobertamento, sob o manto da censura que, no entender bisonho dos repressores, fardados ou não, servia para impedir que as críticas, por mais justas que fossem, servissem aos "inimigos do regime", de todos os desmandos e escândalos que ponteiavam a vida nacional daquele instante até os nossos dias, enchendo os brasileiros da mais justificada vergonha, tal a seqüência quase monótona de patifarias e peculatos que nos nivelam desapidadamente às caricatas republiquetas infelicitadas pelo poderio do capitalismo, principalmente o norte-americano, e irônica e mostradas em seu próprio cinema.

Já ouvimos nesta Casa, mais de uma vez, indagar-se se a realização pura e simples das eleições diretas para Presidente da República viria, como num passe de mágica, trazer a solução para todo o nosso endividamento externo e para os problemas que, internamente, adoentam o País. Estamos certos de que não. Eleição direta para a escolha do primeiro mandatário da Nação não é panaceia milagreira, e nem os partidários de sua restauração pensam assim. Mas estamos convictos de que, a partir da escolha de um Presidente da República pelo pronunciamento direto do povo e não através de um Colégio Eleitoral sujeito aos leguleios e manobras corruptoras de presidenciáveis, eis que reconhecidamente integrado por elementos capazes de manifestarem ali uma opinião con-

soante com o valor do cheque recebido, e não com a vontade nacional, essa escolha naturalmente trará consigo toda uma seqüência de medidas administrativas, políticas e econômicas radicalmente transformadoras do *status quo* atualmente reinante, e permitirá, em prazos que não se perdem nas calendas gregas, como se pode esperar da gestão de um novo indireto desapoiado pelo povo, a saída da situação desesperadora que aflige, angustia e desanima o povo brasileiro.

Essa a razão, Sr. Presidente, Srs. Congressistas pela qual só vemos uma saída capaz de colocar uma barreira definitiva no empobrecimento nacional, nas mazelas administrativas que concorrem para os "casos" Capemi, Coroa-Brastel, BNCC, Delfin — e isto para falar-se apenas nos mais recentes, na irresponsabilidade que se aposou do gerenciamento administrativo do País e da brutal vampirização dos recursos atribuídos aos Estados e Municípios através da centralização do produto do trabalho do brasileiro nas mãos do Executivo de Brasília, e essa saída é, inegavelmente, a eleição de um Presidente da República escolhido pelo povo brasileiro através do voto secreto, livre e soberano.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os professores do Estado de São Paulo continuam em greve, pelo menos até hoje, buscando tão-somente justiça.

Lamentavelmente, o Governo de São Paulo vem tratando questão tão séria sem a importância com que ela deveria ser tratada. Se, de um lado, é verdade que existem dificuldades orçamentárias, não é menos verdade que o Governador Franco Montoro, quando candidato ao Governo do Estado, conhecia perfeitamente as condições em que ia encontrar a situação financeira do nosso Estado. Mesmo assim, irresponsavelmente, fez promessas que hoje o desmerecem perante a opinião pública, não somente perante os professores.

Homem afeito à vida pública, ilustre Vereador, ilustre Senador, ilustre Ministro, na verdade não tem o direito, mesmo em campanha eleitoral, de fazer determinadas promessas, apenas em busca do voto. Este equívoco do Governador é imperdoável. Eu sou do PMDB, e me orgulho muito disto, mas a verdade deve ser dita. As promessas não cumpridas pelo Governador, que expressamente dizia aos professores que faria isso e aquilo, que detalhava a forma de recuperação da defasagem que vinham sofrendo em seus vencimentos — e ele também é professor — assumindo esse compromisso, sem sombra de dúvida se conduziu mal durante a campanha eleitoral. Eclode a greve pacífica, tranqüila, bem organizada, bem liderada, e, logo no começo, ocorrem incidentes no Palácio do Governo, quando seis deputados estaduais foram colocados fora da sala onde apenas pretendiam discutir democraticamente, a pedido dos próprios professores, com as autoridades do Estado, inclusive foi posto fora de sala o Líder do Governo. Fato estranho, grave, porque os representantes do povo não puderam participar daquela reunião, isto no Palácio democrático dos Bandeirantes.

Entre outros equívocos do Governador, surge mais um de muita gravidade e até de certa irresponsabilidade, quando ele disse que a greve justa, aliás, reconhecida pela população de São Paulo com quase 90% de apoio, em levantamento feito perante a opinião pública, é comandada pelo PDS. Aí mais fácil do que S. Ex^a propiciar ao adversário político condições que, no momento, o PDS não desfruta no nosso Estado. E, mais ainda, promete afastar do Palácio dos Bandeirantes, com força policial, os pacíficos manifestantes que buscam tão-somente justiça e um direito que lhes foi prometido pelo Governador quando candidato. O Governador de São Paulo não tem o direito de agir de tal maneira. O melhor

que faria S. Ex^a seria não se meter no problema. O melhor seria afastar-se do problema. Aliás, é uma das características do Governador afastar-se de problemas. Então, neste caso, que ele deveria estar afastado, deixando que os representantes das classes e o Secretário do Trabalho tratassem do assunto, entre o Governador, vai à televisão e, de uma certa forma, ofende a dignidade dos professores ao dizer que eles são manipulados.

Então, Sr. Presidente, queria registrar o meu protesto contra a atitude do Sr. Governador. Reconheço as dificuldades financeiras do Estado de São Paulo. Mas S. Ex^a deveria, pelo menos, ter ciência disso, dizendo que a importância a que ele faz referência, de cem bilhões de cruzeiros, é apenas o prejuízo de uma empresa municipal de São Paulo, que é a Companhia Municipal de Transportes Coletivos, que recebeu dos cofres do Estado justamente cem bilhões de cruzeiros, este ano, para nada.

Então, Sr. Presidente, deixo consignado o meu protesto contra esse estado de coisas e a lembrança ao Governador de São Paulo de que, ao enaltecer as qualidades do partido adversário, o PDS, evidentemente está laborando contra o partido que o elegeu.

O Sr. Lélío Souza — Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder Lélío Souza, como Líder do PMDB.

O SR. LÉLIO SOUZA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 27, de 1983, que extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a expedição de decretos-leis;

Nº 45, de 1983, que revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55 da Constituição Federal; e

Nº 46, de 1983, que revoga o inciso V, do art. 46, e o art. 55, seus incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

VETO TOTAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 1983

(Projeto de Lei nº 1.722/83, na origem)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 1983 (nº 1.722/83, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre as medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas e às vítimas das enchentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, tendo

RELATÓRIO, sob nº 1, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique, para discutir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Governo que veta um projeto como o que está sob exame é o mesmo que, no auge da calamidade que vitimou a população catarinense, vai a Santa Catarina e tudo pro-

mete, mas deixa passar os meses sem cumprir as promessas feitas.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que estejamos a discutir um projeto apresentado em agosto do ano passado, que previa medidas de emergência a serem aplicadas no prazo de um ano, e que hoje, decorridos já nove meses, esteja nesta Casa para ser examinado, após vetado pelo Presidente da República. O Senador Jaison Barreto, que vai ocupar a tribuna, daqui a pouco, para discutir o projeto, fará uma análise, baseada em dados, da situação em que ficou de Santa Catarina após as enchentes do ano passado, em que estado ficaram as estradas, as obras públicas, as pontes, em que estado ficaram as empresas cujas dependências foram totalmente inundadas, e lembrará as providências alardeadas, prometidas pelo Governo, até hoje aguardadas pelo povo catarinense. Não podemos admitir que o Sr. Presidente da República tenha vetado um projeto desta envergadura, mesmo porque o que ele propunha era o mínimo que o Governo poderia conceder às empresas e às pessoas vitimadas pelas enchentes do ano passado.

Por isso, Sr. Presidente, manifestamo-nos contra o veto, mesmo porque Santa Catarina ainda espera os bilhões prometidos, as obras e reparações prometidas. As estradas federais estão intransitáveis, e até hoje nem mesmo seu recapeamento primário foi realizado. Por isso, somos contra o veto e pela sua rejeição neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao eminente Senador Jaison Barreto.

O SR. JAISON BARRETO (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, graças à magnífica cobertura da imprensa, especialmente da televisão, a Nação inteira tomou conhecimento do impacto dramático da tragédia que se abateu sobre Santa Catarina por ocasião das torrenciais chuvas que inundaram grande parte do seu território. Simultaneamente a esse drama, assistimos o espetáculo de solidariedade espontânea, inclusive em todo o País, com o povo se mobilizando de todas as formas, esquecendo os próprios problemas, num gesto de solidariedade que jamais poderemos esquecer. Cerca de um bilhão de dólares foi a soma dos prejuízos causados por essa catástrofe, além daquelas irreversíveis e, portanto, da maior valia, como a perda de 63 vidas. Esse prejuízo enorme foi acarretado não só ao meu Estado, mas também à União, atingida indiretamente pelo abalo em sua economia pois Santa Catarina muito tem contribuído para o engrandecimento do Brasil e pouco vem recebendo do Governo Federal.

Na campanha popular espontânea em socorro às populações atingidas, foram alcançados recursos consideráveis, sobre cuja aplicação correta, e sobretudo politicamente imparcial, temos cobrado explicações do Governador Espiridião Amin, convencidos de que muita política foi praticada nessa oportunidade, em atitudes condenáveis e mesquinhas. Mas o drama continua, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Estamos aqui reforçando, inclusive dentro do espírito da discussão do projeto que previa algum auxílio àquelas comunidades. Estamos reformulando apelo ao Governador Espiridião Amin no que diz respeito à paralisação de obras fundamentais para a recuperação do nosso Estado. Assim, solicito o prosseguimento de obras de infra-estrutura, como a da Barragem do rio Itajaí, no Município de Ibirama, fundamental para a prevenção de futuras enchentes que ali possam ocorrer; a realização de obras e serviços de retificação e dragagem da bacia do rio Itajaí que deverão estender-se a outros cursos de água, como os rios Iguaçu e Peixe; o atendimento de obras de infra-estrutura urbana nos Municípios grandemente atingidos pela calamidade, como Blumenau, Gaspar, Itajaí, Navegantes, Ilho-

tas, Rio do Sul etc.: a recuperação de pequenos cursos d'água em áreas agrícolas de inúmeros municípios igualmente prejudicados pela catástrofe. Estas são providências das mais urgentes e necessárias, a fim de que não tenhamos novamente que voltar à tribuna do Senado e da Câmara para solicitar o atendimento daquelas populações que, ano após ano, vêm sofrendo os efeitos dessa calamidade.

Mas o que é de se lamentar, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que tenha sido vetado um projeto que visava a amenizar o drama e o sofrimento de milhares de brasileiros, e oferecer condições de sobrevivência a uma indústria florescente de pequenos e médios empresários, devastada em função das enchentes por intermédio deste Congresso Nacional solicitávamos providências objetivas, claras e definidas, que amenizariam a situação aflitiva por que passavam aquelas populações. Assim, diz respeito ao problema da redução em 50% dos custos de energia e força elétrica, de água e esgoto e de telefones, com despesas decorrentes da redução tarifária de que trata esse artigo que seria atendida pelo programa de mobilização de emergência, pelos fundos estaduais de água e esgoto e pelo Fundo Nacional de Telecomunicações, providências simples que dariam condições ao nosso pequeno e médio empresário de manter a sua empresa funcionando. Solicitávamos, usando o bom senso, que ficassem isentos das contribuições do FINSOCIAL, pelo prazo de um ano, a contar da data da aprovação da lei, as pessoas jurídicas que tenham sido, nos municípios atingidos pelas enchentes, nos Estados indicados no art. 1º da lei. Os recursos do FINSOCIAL são exatamente para atender a esses problemas. Seria lógico e razoável que já permanecessem lá esses recursos no momento de urgente necessidade. Pedíamos, também, através desse projeto de lei, que fossem aprovados recursos para financiamentos agrícolas, industriais e de capital de giro concedidos pelos bancos e instituições financeiras públicas e privadas. Então, era um sem-número de providências objetivas, não demagógicas, que não tinham coloração partidária, de interesse político nenhum, senão o de permitir a recuperação de áreas enormes que estavam deixando de produzir, com prejuízo não só para as prefeituras, mas para todo o Estado e a União. É lamentável que a insensibilidade do Presidente da República vetasse por inteiro o projeto que poderia ser, de uma outra maneira, cortado num ou noutro artigo, num ou noutro parágrafo, num ou noutro item, mas não de ser vetado num ato de desconsideração àquelas comunidades que mais uma vez vêem as suas reivindicações serem preteridas de maneira inaceitável. Por isso trago aqui, talvez de maneira romântica, um protesto grave, sério, porque os efeitos das enchentes e das calamidades que se abateram sobre o meu Estado e os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná ainda persistem. Nós estamos lá com homens sem moradia, vivendo às custas das prefeituras, nós temos lá milhares de residências para serem recuperadas. Lá se encontram pequenos e médios empresários na iminência de irem à falência ou à concordata. Mas o Governo, insensível e imune a essas reclamações, vota o projeto que poderia perfeitamente amenizar o sofrimento daquela gente sofrida de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Tenho certeza de que toda a bancada — inclusive os Deputados ausentes do PDS, neste momento, que não estão aqui para protestar contra a atitude do Presidente da República — e a comunidade catarinense lamenta a decisão do Presidente da República e haverá, por esforço próprio, de recuperar aqueles Estados. Mesmo que o Governo Federal seja omisso e insensível, com nosso esforço próprio haveremos de encontrar melhores dias.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado Renato Viana.

O SR. RENATO VIANA (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assomamos à tribuna para corroborar as colocações feitas pelo Senador Jaison Barreto e pelo Deputado Luiz Henrique, demonstrando nossa indignação com o ato presidencial que veta o Projeto de Lei nº 1.722/83 na origem, na Câmara recebeu o nº 159 de 1983, e que dispõe sobre medidas de proteção, amparo e fomento às atividades econômicas e às vítimas das enchentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quando tomamos conhecimento de que nada mais nada menos do que 15 bilhões de dólares já foram aplicados nas obras de proteção e contenção das secas do Nordeste, e de que mais 15 bilhões de dólares estão programados para liberação dentro dos próximos dias, além de vermos, hoje, nas manchetes dos jornais, que o Nordeste terá 260 bilhões de cruzeiros para aplicar na agricultura e nas obras de proteção e contenção das secas, de nossa parte não há qualquer manifestação quanto à essa discriminação, porque achamos que também os nossos irmãos nordestinos merecem receber recursos financeiros, para superar esse flagelo permanente, o flagelo das secas; mas também o sul do Brasil, onde se produz e se trabalha, e onde se contribui efetivamente para o progresso e desenvolvimento desta Nação, principalmente o Estado de Santa Catarina, quinto produtor de alimentos deste País, e que hoje ocupa a oitava posição na arrecadação de tributos, no contexto brasileiro, sendo, inclusive, hoje, o Estado que tem algumas atividades agrícolas e pecuárias em destaque, como a exportação de frangos e a produção de suínos, quando vemos vetado um projeto de lei deste porte, que visava a beneficiar os flagelados das enchentes de junho do ano passado, no Estado de Santa Catarina, na qualidade de representante da região mais sofrida daquele Estado, o vale do Itajaí, não poderíamos deixar de ocupar esta tribuna para manifestar nossa indignação, na certeza de que a restrição e a discriminação feitas quanto à liberação de recursos para o Estado de Santa Catarina não têm como pano de fundo a atitude corajosa do Governador Espiridião Amin, que, embora pertencendo aos quadros do PDS, tem ocupado lugar na imprensa escrita, falada e televisionada, reiteradamente, para defender sua posição clara em favor das eleições diretas. Talvez por não ter sufragado o nome do Sr. Mário Andreazza como candidato a Presidente da República é que Santa Catarina e os outros Estados do Sul estejam sofrendo essa discriminação por parte do Governo Federal.

Entendemos que a única medida efetiva, concreta, tomada pelo Governo em favor de Santa Catarina foi a possibilidade de o trabalhador levantar seu Fundo de Garantia, dinheiro que lhe pertence. De concreto, até agora, nada investiu o Governo federal para contemporizar ou fazer com que a gente sofrida dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul possa vencer essa situação difícil que se abateu sobre a região com as enchentes de julho.

Portanto, aqui fica nossa indignação e o nosso apelo para que possamos derrubar o veto do Presidente, que prejudica efetivamente os três Estados do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

A matéria vetada exige "quorum" de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação.

Dada a inexistência desse número, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas.)

Ata da 49ª Sessão Conjunta em 11 de abril de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jaison Barreto e Lenoir Vargas

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Benedito Canelas — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB; Valdo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Enoc Vieira — PDS; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Pedro Novais — PMDB; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Ara-ripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise

— PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Yaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novae — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PDS; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Onísio Ludovico — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio

Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stéphanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Viana — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; Joige Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélho Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Facchin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaronê — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 51 Srs. Senadores e 456 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

A Presidência faz um apelo aos Srs. Deputados que se inscreveram para breves comunicações e para discussão, a fim de que façam opção por uma delas, porque há um grande número de Deputados para o período de Breves Comunicações. Aqueles que puderem atender a este apelo queiram dirigir-se à Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o mercado paulista inaugura um dos maiores e mais completos centros de compras, lazer e serviços do País.

O Shopping Center Norte, localizado no bairro de Santana, zona norte da cidade de São Paulo, deverá atender também ao consumo do interior do Estado, por se situar próximo ao Terminal Rodoviário do Tietê, servido por ônibus do próprio Shopping.

Projetado numa área total de 150 mil metros quadrados, terá 250 lojas e estacionamento para 4.000 mil veículos.

Construído em linhas simples e no plano horizontal, dispensa o uso de escadas rolantes ou de custosos elevadores.

O Center Norte terá iluminação natural em seus corredores de 12 metros de largura e sistema de ventilação continua em lugar do ar condicionado. Duas praças internas, de 3 mil metros quadrados cada, proporcionarão descanso e lazer aos seus usuários.

Ao contrário dos demais concorrentes, funcionarão ali quarenta lojas de serviços para fazer consertos em roupas ou calçados, como também consultórios médicos e dentários.

O Center Norte contará com grandes magazines, hipermercado, livrarias, agências bancárias, três cinemas, sete lanchonetes, sete restaurantes e uma grande churrasqueira situada na área externa.

Haverá, para divertimento das crianças, a primeira filial do Playcenter, o maior parque de diversões do País, ocupando uma área de 41 mil metros quadrados.

Desta feita, parabenizamos o empresário paulista Curt Walter Otto Baumgart pelo entusiasmo e espírito de liderança que o impeliu a comandar essa imensa obra, concluída no tempo recorde de dezoito meses.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raimundo Asfora.

O SR. RAIMUNDO ASFORA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero registrar a comunicação internacional da Agência Globo, dando conta de declaração do Sr. Deputado Alcides Franciscato, que transmitiu à imprensa o pensamento do Sr. Presidente da República, General Figueiredo, sobre o Comício Pró-Diretas realizado ontem no Rio de Janeiro. O Deputado Alcides Franciscato, conforme texto da Agência Globo, informou ontem, que ao embarcar para Madri, o Presidente Figueiredo lhe disse que, se estivesse presente ao comício da Candelária — ao qual compareceu o grandioso número de um milhão de pessoas — ele próprio, Presidente Figueiredo, iria lutar ao lado do povo brasileiro pelas diretas, já.

Da penúltima vez em que o Chefê do Governo esteve na África, também declarou que era favorável às eleições diretas. Não tardou, porém, que o Sr. Carlos Átila, porta-voz da Presidência da República, viesse desmentir a declaração do supremo mandatário brasileiro. Agora há uma expectativa já preparada pelo Líder Deputado Jorge Arbage, de que as declarações do Gen. João Figueiredo voltarão a ser desmentidas. Isso Sr. Presidente, evidentemente, compromete a dignidade, não apenas do Governo, mas da República do Brasil. Não é possível que um representante do povo como o Sr. Alcides Franciscato, amigo íntimo do Presidente João Figueiredo e, pois, homem que deve ser de confiança, tenha a levianidade de, por duas vezes, veicular, transmitir declarações falsas, atribuídas ao Presidente da República. Ambas as informações são verdadeiras, são verazes, porque não houve desmentido pessoal do Sr. Presidente da República da primeira vez, e não é verossímil que venha a sê-lo nesta hora, quando o Brasil recebe a afirmação presidencial como verdadeiro pensamento do Sr. João Baptista de Figueiredo. Não se pode levar a título de brincadeira o que está ocorrendo fora do País, em missão oficial do Presidente da República, e é revelado por um representante do povo, volto a repetir, como o Sr. Alcides Franciscato.

De modo que, Sr. Presidente, fazendo este registro quero deixar rigorosamente claro que, se houver desmentido, o Presidente da República terá perdido a idoneidade moral para fazer declarações. S. Ex.^a já não apenas se despede do mandato, mas se despe da sua dignida-

de, porque não se pode submeter um país da importância do Brasil a esse jogo de declarações e desmentidos, submetendo o Presidente da República ao figurino de um jogo de bastidores que deve ser extinguido de uma vez por todas da vida governamental brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou recebendo, de Deputados do PTB com assento na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, um telex que espelha pronunciamento do Deputado Eduardo Bittencourt Carvalho. Trata-se de discurso pronunciado na Assembléia legislativa e endereçado ao Presidente do PTB, o ilustre Deputado Ricardo Ribeiro, que tem assento nesta Casa.

É uma advertência dos Deputados paulistas, não só pedindo, mas exigindo que o Partido Trabalhista Brasileiro feche questão e compareça em massa aqui para apoiar a Emenda Dante de Oliveira, porque se sabe perfeitamente que tanto o Partido Democrático Social quanto o Partido Trabalhista Brasileiro estão sofrendo pressões do Estado no sentido de que aqui não compareçam para votar a emenda, não completando, portanto, o *quorum* exigido.

Eis o texto do telegrama:

Senhor Presidente,

Ao aproximar-se a data em que será apreciado e votado pelo Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Dante de Oliveira, propondo a modificação da Constituição da República a fim de tornar diretas, já, as eleições presidenciais, é meu dever inarredável vir perante Vossa Excelência reafirmar com máxima clareza o meu pensamento nesse debate que domina o momento político atual, bem como reiterar em meu nome o apelo que já me foi endereçado pela bancada de nosso partido na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no sentido de que Vossa Excelência junto com a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro e o seu Líder na Câmara Federal articulem e formalizem o fechamento de questão em favor da aprovação dessa emenda constitucional. Com efeito, não pode mais subsistir, afrontando a Nação, essa farsa que foi chamada de Colégio Eleitoral, mas que, em verdade, não é se não uma artimanha política jurídico constitucional para, sob a simulação de eleição e rodízio democráticos, perpetuar no domínio da República a Oligarquia que dela se apossou a sombra do movimento militar desencadeado em 1964. Não bastasse a muito tempo já esta desmascarada, as claras, essa farsa, pois não é de hoje que todo cidadão sabe que seu direito de votar foi estropeado, eis que nos três últimos meses o povo brasileiro compareceu maciçamente às praças e ruas em comícios e passeatas, para mostrar de maneira insofismável e imbatível a sua vontade: quer eleições presidenciais diretas, já. A tal ponto se tornou manifesta a vontade geral do povo, que nem mesmo aqueles que, por interesses puramente pessoais e ante-democráticos, defende o modelo vigente, ousam duvidar de que a esmagadora maioria da Nação rejeita, repudia e abjeta o Colégio Eleitoral esse mostrrengo Jurídico criado e alimentado pela sovínice política.

Assim sendo, não é admissível que os deputados e senadores que representam o povo se ponham contra a vontade do povo, que é patente e óbvia nesta caso. Muito menos isso seria aceitável, em se tratando de membros de um partido trabalhista. O PTB, honrando suas mais caras elíngas tradições partidárias, pregou durante a última campanha eleitoral, na qual se elegeram os atuais deputados e se-

nadores, uma mensagem nitidamente popular, de oposição aberta e veemente a oligarquia que se encastrou em Brasília e que, lá, quer-se perpetuar ao abrigo das eleições presidenciais indiretas.

Por isso, deve agora o PTB honrar os votos que recebeu em virtude de sua pregação eleitoral. Seus parlamentares tem de honrar no parlamento a palavra que empenharam na praça pública. Honrar os votos que receberam daqueles que acreditaram na palavra dos petebistas.

O PTB, para ser autenticamente trabalhista, deve ficar ao lado do trabalhador e do povo, junto das oposições brasileiras, enfrentando com firmeza as pretensões da oligarquia que se aboletou no governo da união. Para isso, é imprescindível fechar-se, neste momento histórico, a questão: votar a favor da Emenda Dante de Oliveira.

É com essa finalidade, nesse sentido, que me dirijo a Vossa Excelência no ensejo, reitero a Vossa Excelência a manifestação de meu maior apreço.

Deputado Eduardo Bittencourt Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Agência Globo distribuiu, há, poucos instantes, já no final da tarde, uma declaração atribuída a um Deputado desta Casa e segundo a qual o Presidente João Figueiredo lhe disse que, se estivesse na cidade do Rio de Janeiro durante o comício de ontem, a que compareceram um milhão de pessoas, teriam a ele comparecido um milhão e uma — no caso, ele. O Presidente lamentou que o PDS não tivesse tomado a bandeira das eleições diretas, deixando para as Oposições a liderança da luta em favor dessa aspiração nacional. Veja V. Ex* que o Presidente reconhece que esta é uma aspiração nacional.

Há poucos instantes a Liderança do PDS, na sessão da Câmara, fazia uma tentativa de desmentido — que não é coisa alguma — tentando justificar o injustificável. S. Ex*, o Sr. Presidente da República, ao reconhecer esse fato, está em consonância com a aspiração legítima desta Nação, como ele próprio reconhece. Agora, já hoje, e seguramente amanhã e depois, que o Sr. Presidente da República, e, mais do que ele, o seu Chefe da Casa Militar, General Rubem Ludwig, e o Chefe do Serviço Nacional de Informações, General Octávio Medeiros, aproveitem essa visita a Madri — que não se torne apenas mais uma vilegiatura das tantas que o Chefe do Governo vem empreendendo — a fim de conhecer a história recente da Espanha, que teve, até 1976, quarenta anos de fascismo franquista.

Sr. Presidente, V. Ex*, que conhece a Espanha, sabe que o momento da transição espanhola se dá na assinatura do Pacto de La Moncloa. Regiões como a Galícia, a partir de La Corunã, ou Santiago de Compostela, desejavam emancipar-se separar-se da Espanha. A briga era também dos andaluzios, de Cádiz e de Sevilha, dos catalães de Barcelona e, sobretudo, dos bascos da região de Biscaia e de Bilbao. A alma espanhola se encontrou no Pacto de La Moncloa, mesmo nome do Palácio que é até testemunho fático e geográfico do compromisso que a Espanha tem com o amanhã democrático, e que fica a pouco mais de 500, talvez mil metros, da zona sul de Madri, onde se situa a Universidade Federal de Madri.

Pois bem, da comitiva do Sr. Presidente da República, seguramente muitos estão desejosos de que, ao retornarem ao Brasil — como testemunha o jornal *O Estado de S. Paulo* — recebam o beneplácito da Alfândega, para que não apresentem declaração das toneladas de compras que têm caracterizado as viagens presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Nobre Deputado, o tempo de V. Ex* está para terminar.

O SR. HÉLIO DUQUE — Sr. Presidente, comecei a falar às 19,14 minutos. Restam-me precisamente 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A assessoria comunica que V. Ex* termina seu tempo às 19,14 horas.

O SR. HÉLIO DUQUE — A aposentadoria está tentando, talvez sem nenhuma intencionalidade, fazer usucapião de dois minutos do meu tempo. Pego a generosidade de V. Ex* para permitir que eu conclua.

Eu dizia que o Sr. Presidente da República tem a oportunidade, conhecendo a Espanha de Adolfo Suarez, do Rei Juan Carlos — que esta Casa homenageou ainda no ano passado — a realidade da Espanha de Felipe González, saberá que a pluralidade partidária, o sentido da vida democrática é possível. E na Espanha o governo dá sentido a La Moncloa.

V. Ex*, conhecedor profundo da História dos povos, sabe o que foi a Guerra Civil Espanhola de 36/39. Aqui, graças a Deus, não tivemos nenhum tipo de traumas dessa ordem. O que a família brasileira quer é que S. Ex* reafirme, ainda hoje, ou amanhã, em Madri, a declaração de Marrocos, reafirmando também a declaração proferida da Nigéria, há poucos meses. Esperamos que em Madri S. Ex* proclame ao nosso País que além das eleições diretas que a Nação deseja, este Congresso, pela sua própria dignidade, deve também de ser legitimado, em 86, pela Assembléia Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronúncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fazemos questão de externar ao Congresso Nacional a satisfação pela nomeação do Dr. João de Paiva Menezes para a Secretaria Executiva do Projeto Carajás.

Paraense dos mais ilustres, ex-Deputado Federal, quando por várias legislaturas honrou esta Casa, Suplente de Senador, homem de larga visão política e administrativa.

Faço questão de registrar neste momento os cumprimentos e a certeza do sucesso de João Menezes à frente do importante Projeto e a sua decisiva contribuição para o desenvolvimento do nosso Estado.

Em prosseguimento, quero ainda, Sr. Presidente, dizer o seguinte:

Em espontânea e comovente cerimônia, que excedeu dos limites comuns e foi tocante na sua manifestação de carinho, a Escola Estadual de 1º Grau Dom Pedro II, em Belém, homenageou, no último dia 30 de março, a Professora Haydée Marques de Oliveira Ramos, que se despedia do magistério, após cinquenta anos de exercício profissional.

Sem pretender, nesta ocasião, falar da referida Professora, na projeção de seus grandes atributos pessoais, ou dizer de sua obra, nos amplos contornos de sua extensão e nas reais proporções de seu valor, permito-me destacar que, educadora na exata vocação de seu generoso destino, a homenageada, sem nunca ter deserdado os seus deveres para com os jovens, sempre fez do magistério não uma profissão, mas um verdadeiro e sublime sacerdócio.

Nivelando sempre com os mais dignos expoentes do magistério estadual, a cujo saber gerações e gerações prestam o culto de sua admiração, a Professora Haydée Marques de Oliveira Ramos representa um momento muito singular na história da educação no Pará, constituindo exemplo eloquente de esforço pessoal e dedicação ao trabalho, conjugados a superiores qualidades morais e intelectuais.

Dentro dessa moldura, a homenagem a que me refiro, se teve profundo significado de amizade, foi essencial em seu conteúdo de justiça.

Ao congratular-me com a diretoria da Escola Estadual de 1º Grau Dom Pedro II, pela iniciativa das solenidades que assinalaram a despedida da Professora Haydée Marques de Oliveira Ramos das atividades docentes, acontecimento que desejo fazer nos Anais desta Casa, o faço na certeza de que, figura apostolar do magistério paraense, sua obra representa um exemplo imorredouro de dedicação à sua terra e de amor aos jovens estudantes. E os exemplos ficam. Ficam e valem.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alcides Lima.

O SR. ALCIDES LIMA (PDS — RR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, seria votada no dia de hoje a proposta de Emenda à Constituição nº 27, de autoria do Deputado Luiz Henrique, que procura extirpar do texto constitucional a figura dos decretos-lei. Apoiamos esta proposição e a ela apusemos nossa assinatura, para que pudesse tramitar neste Congresso.

Este, sem dúvida, é o momento em que esta Casa deve pronunciar-se claramente contra esse instrumento, que já não mais se ajusta à realidade brasileira, e, por conseguinte, deve mesmo ser extirpado.

Congratulo-me com o nobre Deputado Luiz Henrique por esta iniciativa e manifesto, desde já, o meu voto a ela favorável. Mas lamento dizer que esta é mais uma proposta que vai dormir neste Congresso, porque os legisladores deste País não querem legislar. Por falta evidente de **quorum** não vamos apreciar uma importante proposição, retomando para este Congresso as suas prerrogativas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há poucos dias demonstramos aqui nosso desencanto com o Poder Legislativo, quando uma proposição de emenda constitucional, referente aos Territórios Federais, deixou de ser apreciada pelo mesmo motivo: falta de **quorum**. Mas, precisamos de uma legislação especial, como esta, porque, no momento em que nós, Congressistas, temos oportunidade de retirar do texto constitucional um instrumento dessa natureza, infelizmente não temos o **quorum** necessário para votar esta proposta de emenda à Constituição.

Portanto, congratulo-me com o ilustre Deputado Luiz Henrique, a quem admiro profundamente pela firmeza de propósitos, pela sua combatividade e pela clareza do seu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, circula, nesta Casa, um telex com notícias sobre informações prestadas pelo Deputado Alcides Franciscato, que acompanha o Sr. Presidente da República na sua viagem ao norte da África e à Europa. Segundo esse telex, o Presidente lamenta não estar no Brasil para ser um milhão e um, quer dizer, a primeira pessoa que ultrapassaria um milhão daqueles que estiveram no comício da Candelária, no dia de ontem. Diz ainda que o PDS, talvez por imprudência ou por falta de sabedoria, não tomou a bandeira das eleições diretas.

Sr. Presidente, como membro do PDS, como homem que foi aos palanques, no ano de 82, pedir votos em eleições diretas para renovar o seu mandato de Deputado Federal, tendo sido, pela segunda vez, o mais votado do partido; como homem que defendeu o Governo de então, na Presidência da República, por não julgá-lo do PDS; como homem que garantia, nos mesmos palanques, aos seus eleitores presumíveis, que o Presidente da República futuro ainda estaria sob a bandeira do PDS,

mas, sobretudo porque minha bandeira não era a de solucionar a inflação, a dívida externa, o desemprego e o retrocesso desenvolvimentista por via de eleições diretas ou indiretas, mas, sim, por via de levar um homem capaz à Presidência da República, em que os benefícios da retomada do desenvolvimento nacional pudesse beneficiar empresários e assalariados, venho aqui dizer a esta Casa e à Nação que não seja por falta do voto do Deputado José Fernandes, do PDS do Amazonas, que se deixará de ter eleições diretas (Palmas) Sempre fui um homem disciplinado, e disciplinado estava nos palanques, em 1982, e disciplinado estarei, se for confirmada que esta é a vontade do Presidente da República, para votar a favor das diretas, dia 25 próximo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT-SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não podia deixar de comentar da tribuna desse Congresso o grande fato político nacional que foi o comício pelas diretas, ontem, no Rio de Janeiro. Já estamos colhendo as consequências, os resultados do grande ato ocorrido na Candelária. O Presidente Figueiredo, como retrato da crise em que vive o regime, acaba de declarar, no Marrocos, que seria a milésima primeira pessoa na Candelária, se aqui estivesse. E os Deputados do PDS, aqui nesta Casa, como o Deputado José Fernandes, começam a pronunciar-se assumindo publicamente a obrigação de nós, parlamentares, como representantes do povo brasileiro, votarmos no dia 25, por "Diretas já". "Diretas já" é o clamor nacional. "Diretas já" é a vontade majoritária do povo brasileiro.

Esta Casa não pode dar as costas a este desejo, a esta vontade. Por isso, apelamos a todos os Parlamentares da Câmara dos Deputados, que não tem biônios, no sentido de que no dia 25, majoritariamente, aprovem a emenda das "diretas já". Esta é a resposta, este é o caminho que o povo brasileiro está exigindo. Um milhão de pessoas, no Rio de Janeiro, é um número muito representativo. É a representação de 120 milhões de brasileiros, como ocorreu no dia 16, em São Paulo, como ocorrerá no dia 25, de Norte a Sul deste País, quando o Brasil inteiro parará pelas "diretas já". É o Brasil parado, é o Brasil falando, é o Brasil brigando por eleições "diretas já". Acreditamos que os Deputados do PDS estarão aqui presentes para votar esta emenda das "diretas já".

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Tem a palavra o nobre Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PMDB-SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nossa presença na sessão do Congresso de hoje é para expressar nosso apoio à proposta do companheiro Luiz Henrique, que, numa iniciativa altamente democrática, convoca esta Casa para acabar com os famigerados decretos-lei. A Nação brasileira sabe, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que o Poder Legislativo legisla muito menos que o Poder Executivo. É evidente que a proposta do Deputado Luiz Henrique é oportuna, e aqui estamos para dar-lhe nosso apoio.

Sr. Presidente, outro fato que está na Ordem do Dia é o registro feito aqui, por todos os oradores, do grande comício das diretas realizado, ontem, na cidade do Rio de Janeiro. Mais de um milhão de brasileiros se reuniram em praça pública para, numa demonstração de apoio a esta campanha que já incendeia todo o Brasil, deixar clara a sua posição. Não estavam lá partidários de grupo "a" ou "b", mas uma população convencida de que a melhor saída para este País será, sem dúvida alguma, eleições diretas já.

Dentro deste ponto de vista, é bom registrarmos hoje o telex do Presidente da República. É evidente que não acreditamos na posição do seu porta-voz, cidadão que não merece crédito neste País, chegando ao ponto, inclusive, de ser hoje figura de programas humorísticos, por entender a inteligência brasileira que quando o porta-voz Carlos Átila dá a sua versão, o fato aconteceu de maneira contrária. A mais um estouro da boiada, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos assistindo aqui no Congresso Nacional, com a posição agora declarada do Deputado José Fernandes, do Estado do Amazonas, que deixou claro que em hipótese alguma a sua posição será contrária ao pensamento do povo brasileiro, em favor das eleições diretas já. E faço um apelo a todos os Deputados e Senadores, aos companheiros do meu Estado, àqueles que ainda não se definiram — este é o grande momento, porque aqueles que não atenderem ao reclamo do povo brasileiro, aqueles que tentarem marchar contra a História serão tripudiados pelo nosso povo e marcados pela História contemporânea deste Brasil, que deseja a democracia.

A hora é esta, da decisão em favor das eleições diretas, para que o Brasil ultrapasse essa barreira de dificuldades, e possamos ter um Governo legítimo, saído da vontade popular das eleições diretas.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PDS — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste início de noite, em que os ânimos se exaltam no advogar as eleições diretas para o Brasil, peço licença para prestar homenagem à cultura, à inteligência e à saga de uma brasileira, a sergipana Maria Rita Soares de Andrade, que completou recentemente 80 anos.

Peço a V. Exª, Sr. Presidente, considere como lido meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayson Barreto) — V. Exª será atendido.

PRONUNCIAMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO FRANCISCO ROLLEMBERG.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o octagésimo aniversário de Maria Rita Soares de Andrade, que tem o seu nome indicado entre os que mais lutaram pela emancipação jurídica, social e política da mulher brasileira, rejubila não apenas o feminismo brasileiro e as letras jurídicas nacionais, mas a quantos confiam no primado da liberdade, na preeminência do Direito e na capacidade de redenção que o destino conferiu a certas mulheres.

Nascida em Aracaju, no quarto ano deste século, de uma família modesta da classe média, ainda jovem decidiu, vencendo todas as oposições familiares, cursar a Faculdade de Direito. Bacharelando-se, na década de vinte, emigrou de Sergipe para o Rio de Janeiro, em 1938, acompanhando o noivo, o poeta João Passos Cabral, e deixando na terra natal a revista "Renovação", que fundara para agasalhar as novas vocações literárias.

Ela trazia no bolso a apresentação do Presidente da Ordem dos Advogados de Sergipe, para vários colegas atuantes no foro carioca. Sem usá-las, preferiu lecionar no Colégio Pedro II e no Colégio da Universidade do Brasil.

Finalmente, abriu um escritório com duas outras colegas: Maria Luiza Bittencourt e Maria Alexandrina Ferreira Chaves, sem escolher especializações, embora preferisse dar mais atenção aos crimes políticos.

Defendeu os oficiais presos na intentona de Aragarças, como também Almirante Amorim do Vale e o

Tenente-Coronel Antônio Carlos de Andrade Serpa, acusados de resistir ao General Lott. Já antes, mergulhara nas prisões da ditadura Vargas, para obter *habeas corpus* de clientes que não poderiam pagar-lhes os honorários.

Udenista ferrenha, adversária de Vargas, sempre assumiu posições corajosas na vida política, sem disputar posições eleitorais.

Foi ela quem conseguiu colocar a primeira mulher, Sandra Cordeiro de Mello, no Itamaraty.

Juíza aposentada, continua exercendo a advocacia e considera a principal vitória feminina no Brasil o acesso à Universidade, de onde as mulheres partem para as mais diversas profissões, ombreando-se com os homens, obtendo a independência econômica e influenciando nas decisões políticas, com acesso às duas Casas do Congresso Nacional.

Ao comemorar os oitenta anos de vida dessa ilustre sergipana, que tantos serviços prestou ao ensino, à imprensa, à magistratura e à advocacia, principalmente pleiteando as causas dos pobres e dos perseguidos, queremos levar, neste instante, a homenagem e gratidão do nosso povo a quem soube honrar as tradições culturais de Sergipe.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra o nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem, no Rio de Janeiro, tivemos a mais impressionante e fantástica manifestação popular desses quase 500 anos da História do nosso País. Não há dúvida alguma de que as multidões constituem hoje a personagem central do processo político brasileiro. O povo, nas ruas, está fazendo a História. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que se torna inaceitável, neste momento, essa insensibilidade premeditada, esse desdém programado, essa indiferença calculada de alguns setores do Governo, que desejam não ter olhos para ver nem ouvidos para ouvir o clamor popular nas ruas por eleições diretas já. A afirmação do Presidente Figueiredo de que constituiria uma pessoa a mais no imenso contingente popular que ontem ocupou a Avenida Rio Branco é, no mínimo, um atestado eloquente de que o povo nas ruas faz a História, muda posições, altera comportamentos e impõe novas condutas.

O que não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é que representantes apressados da palavra oficial do Presidente da República, porta-vozes aligeirados venham agora desmentir a opinião expressada por S. Ex^a. É um jogo de vaivéns, de avanços e recuos, que está deixando a Nação num estado de absoluta perplexidade. Esse estado de confusão política desserve ao País e deixa o povo brasileiro numa situação de incerteza quanto a seu futuro e quanto às perspectivas de saída da crise. Não pode nenhum porta-voz do Presidente da República, seja oficial, seja autônomo, como fez aqui o nobre Deputado Jorge Arbage, desmentir, neste momento, as afirmações de S. Ex^a. Espero que o Poder Executivo tenha sensibilidade, tenha olhos para ver e ouvidos para ouvir, para sentir que o povo brasileiro deseja eleições diretas já, e que o Governo não assuma o imenso risco e a responsabilidade de empurrar a Nação para o desastre, porque propor eleições diretas para 1989 ou para 1990 é zombaria, é fazer pouco do clamor do povo nas ruas, é colocar a Nação na rota do caos.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Deputado Mário Frola.

O SR. MÁRIO FROLA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, valho-me do direito de defesa para responder a meia dúzia de agressões assacadas contra minha pessoa pelo Deputado Maçao Tadano, do PDS do Estado de Mato Grosso.

Embora o fato tenha ocorrido na última segunda-feira, na sessão noturna do Congresso, somente agora me dispus a responder às acusações do Deputado mato-grossense.

Ao invés de ofensas, Sr. Presidente, melhor seria o Parlamentar em questão justificar o voto proferido no parecer sobre a emenda à Constituição, de minha autoria, que tem por objetivo devolver à Justiça comum o direito de julgar os integrantes das Polícias Militares e do corpo de Bombeiros nos crimes de natureza civil.

Confesso minha perplexidade ante o parecer emitido pelo Deputado Maçao Tadano. Além de se constituir em insulto à minha inteligência, representa uma verdadeira afronta aos que nesta Casa procuram, com dignidade e decência, exercer o mandato que lhes foi outorgado pelo povo.

Como democrata que sou, não nego ao Deputado eleito pelo Estado de Mato Grosso o direito de discordar do meu projeto de emenda. O que me deixou irritado foi a falta de seriedade, a leviandade no trato de matéria legislativa que considero da maior importância para a vida desta Nação. Discordar é um direito, e nós estamos aqui para isso. Entretanto, exijo que quem assim o fizer o faça dentro dos princípios da ética que devem reger nosso comportamento nesta Casa de Leis.

Por tudo isso, Sr. Presidente, reafirmo, com todas as letras, o que afirmei a respeito do Deputado Maçao Tadano no discurso que proferi por ocasião da discussão da emenda de minha autoria que tem por escopo a moralização da Justiça deste País, escandalosamente pela Emenda nº 7, de 1977, dividida em Justiça comum e Justiça castrense.

A mágoa do Deputado Maçao Tadano não me parece consequente. Não o ofendi, apenas disse a verdade. No seu lugar, assumiria o erro com humildade. Por que, por exemplo, não confessa que elaborou o parecer sem conhecer em profundidade a emenda de minha autoria? Pelo que me toca, tenho certeza de que cumpri um dever ao denunciar uma atitude antipovo e antiBrasil. Estou com a consciência em paz; sinto-me até feliz, gratificado por haver denunciado quem pretende manter o povo oprimido, vivendo sob a égide de leis injustas e cruéis, incompatíveis com nossa tradição democrática e libertária.

Não estou arrependido de haver chamado de ganancioso o seu parecer. Chamei-o e provo.

Vejamos, Sr. Presidente, na íntegra, o parecer elaborado pelo "brilhante" Deputado pelo Estado de Mato Grosso, primor de raciocínio jurídico que encheria de inveja o próprio Clóvis Beviláqua, caso ainda fizesse parte do mundo dos vivos.

"Com a devida vênia, parece-nos difícil acreditar que o julgamento dos militares, no exercício de funções civis, pela justiça castrense influa para o incremento da criminalidade entre eles.

Não encontramos, na bem elaborada justificativa, nenhuma prova estatística dessa assertiva que, assim, pode ser tida como gratuita.

Também não se demonstra, no eloquente arrazoado, seja a Justiça Comum mais rigorosa no combate ao crime do que a Justiça Militar.

Adverta-se que a nova competência no foro criminal tem uma experiência de cerca de seis anos, claramente insuficiente para concluir-se a respeito da inconveniência do novo mandamento constitucional.

Assim, embora nas preliminares seja a matéria constitucional, jurídica e fiel à técnica legislativa, opinamos, no mérito, pela rejeição, por inconveniente, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 1983."

Os fatos são evidentes. Qualquer comentário, depois da leitura deste "douto parecer", é absolutamente desnecessário. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dizem que, segundo o espírito público, os homens se dividem em voluntaristas e cínicos. Os voluntaristas, de modo geral, se alimentam de idéias, valores, ideais e compromissos com a História. Os cínicos se apropriam desses ideais, desses valores e das glórias, dos aplausos e do poder, aparentemente com o compromisso de cumprir aquilo que os ideólogos e as transformações colocaram perante o povo, perante as nações. Aqui, nesta Casa mesmo, temos os que trabalham efetivamente pelas causas maiores do povo e aqueles que, não sei se por oportunismo, leviandade, ou má fé, com seus derregramentos de linguagem, com suas ameaças, suas discriminações, seus personalismos e sua busca de notoriedade fácil, dificultam e atrapalham o curso das transformações desejadas pela maioria do povo brasileiro. A causa das diretas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é uma causa de todos os brasileiros. Não tem dono, não tem partidos, não tem ideologias, não tem figuras centrais. Essa causa, praticamente, já está ganha nesta Casa. Mas é fundamental que todos nós — e aqui falo como membro do comitê suprapartidário pelas eleições diretas — façamos um apelo àqueles que buscam uma notoriedade fácil e agridem e discriminam, principalmente os companheiros, dizendo-lhes que queremos, através do convencimento, da persuasão, fazer com que entendam o grande propósito, o grande interesse nacional, que é a causa das diretas. Portanto, faço aqui este apelo dramático. Lamento o que disse o Deputado Theodorico Ferraço, que desejava ver todos aqueles do PDS que são favoráveis às diretas no palanque, no Rio de Janeiro. Estou muito interessado, Deputado Theodorico Ferraço, menos em holofotes de televisão, e mais em presença no dia da votação. Os aplausos que V. Ex^a por acaso arrancou não são dirigidos a V. Ex^a, Deputado Theodorico Ferraço, mas a uma causa maior, que não tem nome e não tem partido, não tem ideologia. Faço um apelo àqueles chegados recentemente e àqueles que estão, através da estratégia do inusitado, buscando as manchetes dos jornais dos partidos de Oposição, no sentido de que não agridam colegas meus do PDS, nenhum deles, nem os que não estão definidos pelas diretas; não agridam, porque apenas podem conseguir migalhas de aplausos ou manchetes de jornais, para si próprios, mas vão atropelar o esforço maior que hoje estamos fazendo, num trabalho de base, de convencimento, a vários colegas, para que apóiem a causa das diretas. É um apelo que faço, com sobriedade, com seriedade, em prol desse compromisso histórico, desse compromisso com esta Nação, com esta causa. Amanhã, a História nos julgará por nossa leviandade, se agirmos com irresponsabilidade. Deixo, pois, aqui, este apelo e concluo, Sr. Presidente, dando meus aplausos pela forma como se houveram aqueles que usaram da palavra no palanque do comício das diretas, ontem, no Rio de Janeiro. Souberam dirigir aquela manifestação e mostraram maturidade e equilíbrio na condução do povo que ali estava. Acima de tudo, as lideranças políticas presentes, conhecendo a dimensão do momento histórico, souberam como navegar em busca do horizonte, que é o in-

teresse público, e não apenas visando a alguns espaços jornalísticos e a alguma notoriedade fácil que possam comprometer o interesse da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Rio Claro, município do sul do Estado do Rio de Janeiro, vai comemorar, no dia 19 de maio, mais um aniversário de sua emancipação política, e o mais importante evento que lá será realizado é o 2º Encontro do CODIVAP. Para que esta Casa fique sabendo o que significa esta sigla, pedimos seja transcrita nos Anais desta Casa o anexo.

ANEXO A QUE SE REFERE O DEPUTADO DENISAR ARNEIRO

NASCE O CODIVAP FLUMINENSE

Desde o dia 2 de janeiro próximo passado está funcionando em sua sede eventual, à Praça Aprígio Cravo, nº 40, no Bairro de Niterói, em Volta Redonda, o CODIVAP-RJ — Consórcio para o Desenvolvimento Integrado dos Municípios do Vale do Rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro.

Há exatamente pouco mais de um ano, precisamente a 6 de dezembro de 1982, na sede do Clube dos Funcionários da Cia. Siderúrgica Nacional, por iniciativa e a convite do Prefeito de Volta Redonda, Prof. Benevenuto dos Santos Netto, reuniam-se prefeitos de vários municípios compreendidos na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul Fluminense, com o alto objetivo de se formarem em Consórcio para, integrados, num alto propósito político buscarem soluções conjuntas para os problemas de cada um.

Logo a seguir, ainda em dezembro de 1982, no dia 16, formalizou-se a instalação do consórcio com a honrosa presença do Senhor Ministro do Interior, Mário David Andreazza.

Pouco mais de um ano se passou e hoje já se pode ver materializada a idéia que aos poucos ganha corpo e virtualmente encampa e congrega num ato de fé os municípios fluminenses do Vale do Paraíba.

Municípios que integram o Consórcio

Cerca de 14 municípios já assinaram o protocolo de adesão e já tiveram o aproveitamento de suas respectivas Câmaras de Vereadores para se integrarem no CODIVAP-RJ, não obstante todos terem sido convidados. Desses 14 municípios 2 não fazem parte da bacia hidrográfica do Paraíba, que são Angra dos Reis e Parati, mas que tiveram sua inclusão aprovada por unanimidade pelo Conselho de Prefeitos. A seguir relacionam-se os 14 municípios:

Angra dos Reis
Barra Mansa
Carmo
Mendes
Miguel Pereira
Paraíba do Sul
Parati
Resende
Rio Claro
Rio das Flôres
Três Rios
Valença
Vassouras
Volta Redonda"

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos chegando hoje do Rio de Janeiro, onde tivemos o privilégio de participar da maior manifestação política de toda a História do nosso País. Cerca de um milhão e meio de pessoas demonstraram, de forma ordeira e pacífica, seu repúdio ao regime e sua vontade de mudança através das eleições diretas. Esta foi a manifestação definitiva da sociedade brasileira. Qualquer pessoa com um mínimo de bom senso sabe que quando, em qualquer parte do mundo, mais de um milhão de pessoas se manifestam contra um regime e um governo, está na hora de alguma coisa mudar. Entretanto, ao que parece, o Governo permanece irredutível na sua posição contrária à vontade de 90% da população brasileira.

Os argumentos levantados contra os legítimos anseios do nosso povo falam em esfarrapadas desculpas, nossas conhecidas de vinte anos. É o batido anticomunismo, obtuso e estreito, é a pecha de agitador e subversivo lançada contra todos que não corroboram com a corrupção generalizada. O povo brasileiro já não aceita, já não pode acreditar em tais argumentos, e demonstrou isto de forma muito clara no dia de ontem. O Governador Leonel Brizola, bode expiatório predileto dos reacionários incorrigíveis, vítima indefesa de uma campanha de difamação orquestrada pela grande imprensa, com financiamento dos setores mais atrasados da Nação, deu mais uma vez demonstração invejável de seu prestígio popular e da ineficiência destes ataques diante da vontade do povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento, queremos lançar desta tribuna um apelo e um alerta aos verdadeiros patriotas. Não interessa o caos, a desordem, interessa antes que o País possa crescer novamente, que os problemas sociais possam ser resolvidos e que de forma ordeira e tranqüila se faça a transição entre o autoritarismo e o regime de plenitude democrática que é o anseio do povo. Dessa forma, queremos dizer que quem hoje insiste na absurda tese da eleição indireta está, de forma irresponsável, lançando o País numa situação insustentável, sob todos os ângulos.

Hoje, o Jornal "Correio Braziliense", traz uma declaração em que o Sr. Governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, notório "andreazzista" e favorável às eleições indiretas, em um momento de lucidez, afirma que a manutenção da eleição indireta levará o País a um impasse e criará um fosso intransponível entre o próximo Presidente e a Nação. Esta é também nossa opinião, e, como homem público, com responsabilidade perante o povo, estamos profundamente preocupados com a atitude do Governo, porque vimos de perto que o desejo do povo é inequívoco e que o povo está disposto a fazer valer seus direitos.

As Forças Armadas, que são em sua maioria formadas pelo povo, identificado com os interesses de seus irmãos, também se posicionam favoravelmente às eleições diretas. Para comprovar isto, basta ver o nível de adesões à chapa do General Serpa para o Clube Militar.

Nobres colegas, o povo brasileiro não perdoará as omissões — tenham certeza disto — e se até agora vem se manifestando ordeiramente, sob o comando de direções responsáveis como o Governador Brizola, ninguém sabe o que poderá acontecer se sua vontade não for satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Com a palavra o nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

a Imprensa Brasileira tem desempenhado extraordinário papel em todos os campos.

Há uma soma muito grande de jornais, revistas, panfletos, boletins etc. Porém, há aqueles que são subversivos, pois só prestam trabalho ao poder dominante, curvando-se aos poderosos.

Graças a homens de íbada reputação, existem aqueles órgãos de imprensa que se agigantam pela informação correta, independente, altaneira e extraordinária. Se eu fosse enumerar estes bravos órgãos de imprensa, levaria muito tempo.

Mas eu quero prestar, hoje, uma homenagem especial ao jornal da terra Guarulhos, chamado "Olho Vivo", que tem prestado um dignificante trabalho por ter à sua frente coordenadores de equipes como Valdir Carleto e Elisabetta Carleto, o Secretário Castelo Hausen etc.

Só assim se podem divulgar notícias e artigos com a mais absoluta franqueza, e é destes órgãos de imprensa que precisamos muito mais.

Com o jornal **Olho Vivo**, homenagem toda imprensa independente e corajosa.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e deferido o seguinte

Em 11 de abril de 1984.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de lei nº 1, de 1984-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 7.130.000.000,00 (sete trilhões, cento e trinta bilhões de cruzeiros), e dá outras providências", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por 10 (dez) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer, que se encerra dia 16 de abril.

Outrossim, esclareço, que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo, e que está a exigir do Relator, Senhor Deputado Augusto Trein, um prazo mais dilatado para elaboração do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

Senador Cid Sampaio, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1979 (nº 3.208/76, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Proposta de emenda à Constituição nº 27, de 1983 (tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 45 e 46, de 1983)

Discussão em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1983, que extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a expedição de Decretos-leis.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70 160

CÓDIGO PENAL

(atualizado e anotado)

2ª edição — 1982

- **Texto vigente do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-40, com todas as alterações)**
- **155 notas explicativas**
- **Minucioso índice temático**

386 páginas

Preço: Cr\$ 900,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.

Preço: Cr\$ 900,00

380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00

— dependendo de Parecer a ser proferido oralmente em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo para proferir o parecer.

O SR. JOÃO LOBO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vou ler o parecer às três Propostas de Emenda nº 27, nº 45 e nº 46, neste momento:

“Parecer

As três proposições sob nosso exame, anexadas por um imperativo de economia processual, pois colimam o mesmo objetivo de reduzir a competência do Executivo em matéria legislativa, obedecem às exigências preliminares do art. 47 e seus parágrafos da Constituição, não ferindo a Federação e a República, obtido o necessário apoio na Câmara e no Senado, além de obedecer às regras da técnica legislativa.

De autoria do nobre Deputado Luis Henrique, a Proposta de nº 27 suprime, da hierarquia das leis, a figura do decreto-lei (art. 46, item V), reduzindo atribuição do Presidente da República de emití-los, pela revogação do art. 55, seus itens e parágrafos.

A figura do decreto com força de lei antecede a primeira Constituição republicana e por via desse instrumento legislou Deodoro da Fonseca e, mais tarde, excepcionalmente também, de 1930 a 1932, Getúlio Vargas, prevista essa figura na Constituição de 1937, que não conviveu com o Parlamento. Assim, adotamos essa experiência antes do apogeu nazi-fascista na Europa e para ela apelou De Gaulle, para governar a França. E na legislação francesa é que se inspirou a Constituição de 1967, para limitar a um triplice suporte a velha figura.

Se tais decretos entram imediatamente em vigor e sua rejeição pelo Congresso não invalida os atos praticados sob a sua vigência, está claro que a maioria parlamentar pode rejeitá-lo.

Embora pareça encerrar uma superioridade do Executivo sobre o Legislativo, fonte de decisões majoritárias, que podem contrariar aquele outro poder, na prática o uso da figura do decreto-lei resulta em maior dinamização legislativa, podendo-se atender, rapidamente, a soluções emergentes, sustando, no início, medidas altamente perniciosas à Nação, com o mínimo de prejuízos.

Se na França há decretos-leis e ninguém se lembra de considerá-lo como *capitis diminutio* do poder legislativo, adotaram essa medida todos os países presidencialistas em processo de desenvolvimento, justamente para imprimir maior celeridade ao processo desenvolvimentista.

Tem o mesmo conteúdo jurídico a Proposta nº 45, de autoria do nobre Deputado Luiz Guedes, propondo, pura e simplesmente, a revogação do art. 55 da Constituição Federal, renumerados os seguintes, bem como revogando o item 4º do art. 46.

Declarando que “a edição de decretos-leis é uma afronta à soberania do País”, transformado o Congresso em peça decorativa, desde que praticamente impedido de legislar sobre questões essenciais, salienta que sua proposta visa, basicamente, a retomar a independência do Legislativo, restaurada sua credibilidade.

Realmente, se o Congresso não pudesse revogar esses decretos-leis, estaria numa posição subalterna.

Entretanto, vimos recentemente, a rejeição de um decreto-lei pelo Plenário do Congresso, a respeito da política salarial, quando “o Executivo se viu condicionado a enviar-lhe outro mais aceitável.

O nobre Deputado Daso Coimbra, pela Proposta nº 46, de 1983, repete as intenções das proposições anteriores, num artigo único.

Na sua brilhante argumentação, declara que o artigo 55 e seus adinículos se constituíam numa abundância desnecessária, diante do conteúdo do art. 57, que trata da competência exclusiva do Presidente da República quanto à iniciativa de leis que dispunham sobre matéria financeira, fixem os orçamentos das Forças Armadas, disciplinem o serviço público, num conteúdo bem mais amplo.

Deve-se ressaltar, no entanto, que, num e noutro caso, a decisão do Executivo não configura a **última ratio**, mas é submetida, pelo processo legislativo ordinário ou pela apreciação de comissão mista, atuando a Câmara e o Senado em conjunto ou separadamente.

Com o devido respeito pelas melhores intenções dos nobres parlamentares, signatários das três propostas, advertimos que elas seriam importante e necessária inovação, na legislatura anterior, quando o Executivo dispunha da maioria absoluta do Plenário. Mas não agora, quando a bancada do Governo é minoritária na Câmara, pretendendo, por isso, apelar para coligações, insustentáveis se tentar-se a aprovação de um Decreto-lei que conflite com as aspirações populares ou fira o presente processo de abertura democrática.

Assim, parece-nos desnecessária a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição de números 27, 45 e 46, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — O parecer é contrário à proposta e às de nºs 45 e 46, de 1983, que com ela tramitam.

Em discussão.

Tem a palavra o nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por um acordo de Lideranças, requeiro a V. Exª que, com a desistência dos oradores inscritos para discutir a matéria, encerre a discussão e determine uma outra data para votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Indago às Lideranças se estão de acordo com a proposta do nobre Deputado Luiz Henrique quanto à marcação de nova data para votação da matéria. Liderança do PDS. (Pausa.) Sim. Do PMDB. (Pausa.) Sim. Do PTB. (Pausa.) Sim. Do PT. (Pausa.) Sim. Do PDT. (Pausa.) Sim.

Declaro encerrada a discussão, respeitando a decisão das Lideranças que assim se manifestaram. A votação fica adiada. O mesmo acontece em relação ao item 2, discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/83 e também em relação à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/83.

O Sr. Osvaldo Lima Filho (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Tem a palavra V. Exª para uma questão de ordem.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Minha questão de ordem é relativa à Emenda nº 27. Requeiro à Mesa do Congresso que informe qual a decisão em relação aos oradores inscritos para discutir a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A Mesa atendeu a uma solicitação das Lideranças para encerramento da discussão da matéria e, acatando a decisão das Lideranças que assim se manifestaram, encerrou a discussão. Fica mantida a lista dos oradores, sendo garantida a palavra, na próxima sessão, os oradores inscritos na sessão de hoje.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Indago de V. Exª se os oradores inscritos para discutir a matéria têm ou não asseguradas suas inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A discussão fica encerrada por solicitação das Lideranças. A Mesa acatou uma decisão maior. No encaminhamento da votação, na próxima sessão, será assegurada a palavra de V. Exª

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Indago de V. Exª se o encerramento da discussão, com prejuízo dos Congressistas que se inscreveram para discutir proposição, é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A decisão foi tomada com respeito absoluto do Regimento da Casa.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Qual o dispositivo regimental que permite que se cancelem as inscrições dos oradores que não desistiram de usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Compreendo a alegação e V. Exª, com quem me solidarizo. Mas como é de praxe, desde que haja acordo de Lideranças, a discussão fica encerrada.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Sr. Presidente, esta Casa — há muito — não vota. Agora, passou a decidir que não discute também. Então, é melhor que se feche o Congresso. Isto não é mais Congresso. Se aqui não se pode discutir e já não se vota, porque, repetidamente, não temos número para votação, então, não há mais Parlamento.

Quero registrar meu protesto. Sou velho defensor das instituições parlamentares, mas Parlamento implica discussão e votação. Se o Parlamento não discute mais, estamos adotando aqui, internamente, medidas ditatoriais, como as que já são impostas de fora, pelo Executivo.

É uma vergonha, e eu lastimo.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — A Mesa acata com o maior respeito a reclamação feita por V. Exª, sugerindo inclusive meios regimentais para que não se obstaculize a participação dos Srs. Congressistas. Mas exatamente em cumprimento do Regimento e acatando o acordo de Lideranças, considero encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jaison Barreto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos)